

1
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
2
3



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**



1743ª Reunião da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental

Brasília/DF, 01 de setembro de 2010.

(Transcrição ipsis verbis)

Empresa ProIXL Estenotipia

37O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Vamos abrir a nossa reunião com os informes.
38Bom dia a todos. Nós estamos aqui com a Dra. Mônica, da Secretaria de Portos, da
39Presidência da República, e a ideia é que a gente receba algumas informações de como
40está evoluindo o trabalho, que a gente sabe que foi contratado pela Secretaria de Portos,
41eu queria a data da avaliação de sedimentos e da estruturação de um banco de dados em
42cima dessa experiência que vem dos licenciamentos desenvolvidos aí pelo IBAMA e
43pelos Estados a partir da Resolução 344. Então dentro dessa perspectiva nós
44convidamos a Secretaria de Portos e a Dra. Mônica está aqui para nos brindar com essas
45informações.

46

47

48A SR^a. MÔNICA (Secretaria de Portos) – Bom dia. Primeiramente o Antonio Maurício, o
49nosso diretor, pediu desculpas por não estar presente, mas foi ontem no final da tarde, o
50Ministro o convocou para participar da reunião lá no TCU, então todos os diretores
51teriam que estar presentes. Ele pediu então que a gente viesse aqui prestar essas
52informações do estudo de caracterização de sedimentos dos portos brasileiros, portos
53marítimos. Esse contrato se iniciou no ano passado, nós fizemos um contrato com a
54Fundação para desenvolvimento desse estudo de um banco de dados nos dando as
55informações sobre a caracterização de sedimentos nos portos marítimos brasileiros. A
56origem desse estudo vem de uma solicitação dentro da Resolução 344 com a
57necessidade de execução desse banco de dados como instrumento para reavaliar a
58Resolução 344. E na época em acordo conjunto com o IBAMA, o IBAMA mostrando as
59necessidades, a prioridade disso para ele também, a Fundação também querendo
60participar, foi feita essa contratação então com a Fundação COMPETEC para
61desenvolvimento desse estudo. Nós tivemos a apresentação deles, foi anteontem, a
62gente tinha colocado para a COPE que esse trabalho seria desenvolvido por eles, mas
63sempre haveria uma discussão conjunta considerando que você tem aí o envolvimento
64de vários órgãos ambientais no processo de licenciamento das dragagens dos portos e
65que teria de haver essa exposição, discussão junto com órgãos e outros técnicos fora
66até da própria Fundação COMPETEC. E esse trabalho hoje está sendo coordenado pelo
67Sérgio Green, que é lá da Secretaria de Portos, que está aqui do lado e aí nós agendamos
68essa reunião, foi anteontem, onde foi-nos apresentado a elaboração, a composição, a
69característica do banco de dados que eles estão desenvolvendo, quer dizer, que tipo de
70varáveis a que nível de informações vamos chegar de ter em cada porto, eles colocaram
71como o primeiro porto, eles deram entrada dos dados do porto de Santos, eles optaram
72por trabalhar primeiro com o Porto de Santos porque ser realmente o que tem maior
73número de informações, o que apresenta maior complexidade de dados, justamente para
74daí já precisar que dimensão teria de ter esse banco de dados. Então eles nos
75apresentaram lá toda a operação, a questão operacional do banco de dados, as varáveis
76que vão ser oferecidas, as informações que vão ser oferecidas por porto nesse banco de
77dados e com a presença de vários órgãos ambientais, de vários portos, o MMA, a ANTAQ
78e posteriormente foi também, nesse processo de composição do banco de dados, você
79tem a entrada dos dados e depois você tem uma etapa que está denominada no estudo
80de validação dos dados, mas é como estava se colocando, você faz uma avaliação se
81aqueles dados que estão, vamos supor, nos estudos de impacto ambiental, se eles
82cumpriram as exigências metodológicas corretas, se eles são verídicos, se a validade do
83dado realmente pode ser comprovada. Isso foi feito pela professora Márcia, a professora
84que é coordenadora do laboratório de química lá da UFRJ mostrando qual foi a
85metodologia que ela adotou na avaliação dos dados, no caso foi o de Santos, que foi o
86primeiro com que eles lidaram e a minha impressão e também eu achei assim, foi muito
87bem apresentado, justificado com subsídios dela dos critérios que ela utilizou para
88validação dos dados e houve uma recepção muito boa com relação à equipe que está

5

6

89trabalhando e a questão do Porto de Santos foi só uma parte ali dos dados da eco-
90toxicidade que uma parte ela invalidou aqueles resultados, quer dizer, não poderiam ser
91considerados como verdadeiros, considerando que eles não cumpriram determinadas
92etapas, determinadas normas que definem os procedimentos de execução daquelas
93análises. Então na Secretaria eu fiquei realmente muito contente com a forma como está
94desenvolvendo o trabalho, a gente está com uma equipe técnica lá sim muito qualificada
95fazendo, foi aberto isso a discussões, questões, dúvidas e a impressão que nós tivemos
96também foi de ter tido uma recepção boa das pessoas da platéia que estava compondo
97lá. Então eu achei muito importante a presença dos órgãos ambientais, que foi
98comprovada lá, nós tínhamos a CETESB, nós tínhamos o INEA, nós tínhamos
99representantes do Espírito Santo, nós tínhamos de Natal, tínhamos de Belém, Paraná,
100Santa Catarina justamente para dizer se nós estamos discutindo um instrumento que vai
101ser utilizado nacionalmente, e nós temos uma diferenciação de cenários muito grande de
102uma região para outra aqui no País. Então a participação de todos e expor a todos como
103está sendo lidado para que qualquer um que pudesse agregar ou solicitar alguma
104modificação ficar aberto para todo mundo no final você ter esse banco de dados e ser útil
105a todas as situações. Eu acho que o Sérgio, no caso, está acompanhando mais o
106trabalho, ele pode fazer um detalhamento maior daquilo, daquela apresentação. Agora
107nós vamos para a segunda etapa, então com a previsão de cronograma de finalização
108desse banco de dados até dezembro, até agora só deu entrada com dados de Santos,
109mas o número de dados de Santos é realmente bem diferenciado dos demais, é o mais
110complexo. Então a própria COPE reconheceu condições sim de finalizar, dar entrada dos
111dados dos demais portos até dezembro desse ano. Aí eu passo ao Sérgio para ele fazer
112um detalhamento maior.

113

114

115A SR^a. SÉRGIA DE SOUZA OLIVEIRA (MMA/SMCQ/DQAM) – A estrutura do banco de
116dados, o projeto se dividiu em três etapas: a primeira etapa, a estruturação do banco de
117dados. Todo software foi desenvolvido, o banco de dados foi desenvolvido juntamente
118com a coleta dos dados nos portos e também nós abrimos essa coleta também para os
119órgãos ambientais, se eles quiserem contribuir. A maior parte dos dados tem base nos
120EIA/RIMAS das obras de dragagem de aprofundamento que foram executadas
121recentemente, estão sendo executadas ainda, dos programas de monitoramento,
122daqueles portos que tinham problema de monitoramento de dragagem de manutenção e
123isso ocorre principalmente com Rio Grande e Santos e nós primeiramente estamos
124trabalhando com nove portos, primeiro para testar o banco para ver esse universo e qual
125é o significado que esses dados nos trazem. Então nós estamos trabalhando com o Rio
126Grande, São Francisco do Sul, Rio de Janeiro, Santos, Bahia, Salvador e Aratu, Recife e
127Belém, possivelmente nós vamos agregar outros dependendo do tempo e também há
128possibilidade de extensão do prazo do convênio para depois nós, enfim, abordarmos
129todos os portos, porto o porto. Porque uma das primeiras conclusões, pré-conclusões,
130digamos assim, do estudo é que as realidades locais são muito diferentes. Então
131difícilmente nós chegaremos a um número único para cada metal, por exemplo, para o
132País inteiro. Então haverá a necessidade de uma análise porto a porto, para ver as
133diferenças desses valores. Então a primeira etapa, estruturação do banco de dados e
134coleta desses dados. A alimentação do banco de dados foi feita primeiramente com
135Santos para permitir que a segunda etapa do projeto fosse realizada, que é essa
136validação dos dados. Se os dados nessa avaliação atenderam aos critérios de
137comprovação e de comparabilidade, esses dados precisam ser válidos no sentido de
138poder ser comparáveis uns aos outros, se uns atenderam aos critérios e outros não,
139aqueles que não atenderam aos critérios comuns necessários não comporão o banco.
140Então feita essa validação para Santos eles continuam a validação do São Francisco do

8

9

141 Sul e Rio Grande nessa seqüência, nós teremos no mês de outubro o segundo relatório
142 apresentado com esses outros portos. Como o volume de dados do Porto de Santos é
143 extremamente grande e já está incluído, nós imaginamos que até outubro todos os
144 outros portos dessa lista de nove já tenham sido também colocados dentro do banco de
145 dados e passados por esse processo de validação, porque vai diminuindo o número de
146 dados disponíveis nos outros portos. Então a previsão dessa segunda etapa em outubro,
147 até outros membros da Câmara Técnica podem participar, poderão ser convidados, o
148 Robson participa desse trabalho, nós temos, acompanhando o trabalho, nós temos todos
149 os portos que foram contatados, os portos marítimos e nós incluímos o Porto de Belém
150 também pelas condições de navegabilidade na Amazônia serem muito parecidas com a
151 de navegação oceânica e pelo fato também de ser uma companhia docas vinculada à
152 Secretaria. Então nessa reunião de outubro nós apresentaremos isso, nós temos os
153 portos participando, os órgãos estaduais, todos eles foram convidados, vários deles
154 estão participando com representantes e outros estão se agregando agora nessa
155 reunião, alguns que não tinham manifestado anteriormente voltaram a ser convidados e
156 se manifestaram e nós temos também uma comissão de acompanhamento em nível
157 federal formada por representantes da Secretaria de Portos, da ANTAQ, do MMA e do
158 IBAMA. Pelo Ministério do Meio Ambiente o Robson é o representante e tem
159 acompanhado os trabalhos também. Infelizmente até segunda-feira nós não tínhamos
160 informação sobre o projeto exatamente porque o relatório estava sendo feito, as análises
161 estavam sendo feitas, os dados estavam sendo introduzidos no banco de dados e ao
162 final a estruturação do banco de dados não é um trabalho muito fácil, é inclusive um
163 banco de dados que não serve apenas para sedimentos, ele vai ser possivelmente
164 alimentado por qualquer informação ambiental, existem naturalmente várias decisões
165 ainda a serem tomadas, nós não temos decisões, por exemplo, quem é que vai sediar
166 esse banco de dados, acessibilidade aos dados, alimentação desses dados como que vai
167 ser feita. Nós estamos na etapa apenas da composição desse banco de dados, da
168 alimentação desses dados disponíveis atualmente, da validação deles e do que esses
169 dados vão representar em termos da nossa tabela do CONAMA. Quer dizer, depois dessa
170 validação tem uma terceira etapa que é justamente concluir. Esses dados que foram
171 validados, o que eles representam em termos de serem considerados como orientativos,
172 se nós temos valores de base, se nós temos valores orientadores, quais podem ser
173 considerados de nível um, quais seriam nível dois para como seria essa apropriação, se
174 por porto, se por região, se por tipo de região costeira e assim por diante. Então na
175 última etapa nós teremos aspectos mais conclusivos. É lógico que como a questão está
176 relacionada à Resolução 344, durante a nossa reunião de segunda-feira, com uma
177 plenária de 60 pessoas, muitas outras questões foram levantadas: quando é que nós
178 vamos começar a realizar mais amplamente e etc. e tal... Não era o foco, não era o fórum
179 para esse tipo de discussão. Então nós estamos apenas coordenando o projeto que tem
180 esse escopo, mas naturalmente vão surgir sugestões não apenas de apropriação desses
181 dados, de como eles poderão ser utilizados na revisão da Resolução, mas provavelmente
182 outras sugestões, dado o aprofundamento desse estudo, a geração de conhecimento
183 sobre os sedimentos de dragagem, do próprio processo de licenciamento que essas
184 obras, aos quais essas obras foram submetidas, então naturalmente teremos mais
185 sugestões, um pouco ampliando o escopo do estudo, mas o estudo é concentrado
186 exatamente nos valores de contaminação ou não dos sedimentos. Caracterização física
187 também e a qualificação desses sedimentos.

188

189

190 SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Obrigado Sérgio, eu não sei se o Robson
191 gostaria de fazer algum comentário também, que está acompanhando o MMA na
192 Comissão.

11

12

13

193

194

1950 SR. ROBSON – Bom dia a todos e a todas. Primeiramente, senhor presidente, eu
196gostaria de fazer um reconhecimento, eu gostaria de reconhecer: é necessário ser justo
197com as pessoas, com as instituições quando elas estão fazendo um belo trabalho e é o
198caso da Secretaria Especial de Portos, o Sérgio está à frente, mas é muito importante
199toda equipe estar voltada para retomar o diálogo com a área ambiental, recolocar esse
200diálogo a um patamar que talvez tenha sido perdido há uns quinze anos em relação ao
201fomento à gestão ambiental portuária. Nesse caso também eu gostaria de fazer um elogio
202em particular à Mônica e também ao Antonio Maurício porque o que vimos anteontem é
203um trabalho de primeira linha, surpreendendo a todos, surpreendendo particularmente
204também a mim que está muito além do previsto, não se trata apenas de um banco de
205dados onde se colocam dados e sai com tabelas e gráficos, também está associado a um
206giz e você pode fazer simulações em 2D, 3D, você tem isolinhas com relação aos
207poluentes, é um banco de dados que vai facilitar o diálogo com a área ambiental em
208termos de licenciamento, vai diminuir o custo dos licenciamentos ambientais, o custo
209dos monitoramentos, o custo das dragagens, vai se tornar um instrumento também para
210facilitar o diálogo entre o porto e a comunidade circunvizinha, o porto e o município, a
211questão do PDZ e o Plano Diretor, porque é uma ferramenta de planejamento, de
212acompanhamento, de avaliação. Então eu saí muito bem impressionado, a equipe é muito
213boa, não só porque têm pessoas de alto gabarito, doutores, chefes de principais
214laboratórios, mas você também tem pessoas que lidam com a matéria porto há décadas.
215Então são pessoas que entendem do que estão falando, têm uma experiência
216profissional muito grande sobre o assunto, além do mais, durante as discussões, como
217foi dito que tinha a CETESB, a Cláudia, o Beviláqua, outros representantes com
218discussões de alto nível e não se trata simplesmente da tabela, é isso que eu gostaria de
219pontuar, tem a questão da tabela com relação aos valores de classificação dos
220sedimentos, mas, além disso, já surgem, apontam-se aspectos críticos e análise crítica
221sobre metodologias aplicadas, quantificações realizadas, necessidade de contraprovas,
222os equipamentos que são utilizados, os laboratórios que são utilizados, a certificação
223dos laboratórios. Então existe todo um cabedal de informações que trazem e devem ser
224trazidas para a discussão junto à Resolução, portanto não se trata somente de discutir
225números da tabela, se a gente pensar que nós podemos discutir outras coisas em
226paralelo, podemos sim, mas existe uma influência direta desse trabalho que a SEP está
227fazendo sobre grande parte do resto que está na Resolução e foi muito bem feito, a idéia
228foi colocada há cinco anos para revisão porque de fato nós não tínhamos uma série
229histórica, nós não tínhamos experiência no assunto, mas sabíamos que era necessário
230estabelecer um referencial inicial, porque a confusão era muito grande, não se tinha
231parâmetros para nada e agora se tem, podiam ser melhores? Podiam, mas agora está
232sendo feita uma revisão, possivelmente não se tenha valores nacionais, talvez nem
233regionais, pelo que eu conversei com o pessoal, talvez seja necessário estabelecer
234valores por bacia hidrográfica, alguma coisa assim, então minimizar a questão da tabela
235só com os valores não é o ideal. Então ela tem toda uma outra influência sobre
236Resolução que estão aparecendo e devem ser incorporadas ao resto dela.

237

238

2390 SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA) – Bom dia, Solon Fagundes, FURPA.
240É uma satisfação que nós temos aqui a presença da SEP, dessa vez com informações
241concretas, é um prazer ter essa Câmara Técnica aqui, delineando aí o que já foi
242sinalizado em novembro naquela reunião da Câmara Técnica de novembro, que a SEP
243faria um estudo, contrataria um estudo junto à COPE para as características e não o que
244foi colocado na reunião desse ano, de que saíam outras políticas públicas que não

14

15

245aquelas relacionadas ao artigo 9º, pode até decorrer disso, como colocou o último
246expositor aí, mas prioritariamente nós estamos vendo que é essa análise da
247caracterização dos sedimentos, ou seja, é chegar a uma série histórica, a uns dados para
248ter o sentimento de mais factível da aplicação da tabela da Resolução. Ficou bem claro
249para mim que o cronograma de trabalho tem o horizonte em outubro, uma segunda
250avaliação, acho que foi isso, foi colocada uma segunda avaliação, o segundo relatório, na
251primeira foi exclusivo o Porto de Santos, que talvez o mais importante porto do País aí.
252Existe uma apresentação, então eu gostaria de falar agora dos nossos assuntos. Nós
253temos aqui um prazo correndo para o trabalho de reativação do novo, do antigo, depende
254da Câmara Técnica, do Grupo de Trabalho que trabalharia nessa revisão, e já foram seis
255meses de um prazo de dois anos, se eu não me engano, e um trabalho que já chegou a
256essa Câmara Técnica com alguns resultados, não aqueles tão importantes como agora
257com a caracterização dos dados, mas que várias idéias, talvez até algumas que já tenham
258sido incluídas nessa primeira avaliação de vocês, nesse debate aí da primeira avaliação.
259Mas que precisa se juntar isso aí, presidente, eu acho interessante e agora é o momento,
260eu achei um ponto muito positivo da SEP, dela estar abrindo essa discussão a outras
261entidades, e é bom que se abra também, apesar da COPE estar à frente do trabalho, mas
262se abre também para o meio acadêmico, para a Sociedade Civil participar porque já nós
263temos aí organizações que se interessam muito pelo assunto, têm outra visão, tem que ir
264para o debate essas visões e ver o que se discute aí para que se tenha bons resultados
265na revisão da 344, ou seja, que tenhamos mais confiabilidade no que vai se colocar lá de
266dispositivo legal. Então eu acho que de concreto eu gostaria de colocar, presidente, é
267que esse Grupo de Trabalho nessa segunda avaliação já estivesse formado e fosse uma
268reunião já de, já participasse dessa reunião porque já se tem os dados do Porto de
269Santos, eu acho que... Está certo que cada caso vai ser um caso, mas a Resolução não
270vai abordar isso, a Resolução vai ter que extrapolar dados aí e vai ter que procurar uma
271linha comum dos portos no Brasil, ver o que se... Então para já ir analisando essa
272questão, que está aberta essa participação de pessoas que querem contribuir, da
273Sociedade Cível que querem contribuir com esse trabalho, e além dos outros aspectos
274que foram relatados aí no relatório final do antigo Grupo de Trabalho. E é claro que é
275importante a participação da SEP nesse novo Grupo de Trabalho. Obrigado.

276

277

278A SRª. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Bom, em primeiro lugar bom dia a todos e dizer da
279minha satisfação de a gente estar tendo essas notícias, não é propriamente o dado em si,
280mas pelo que vocês contam parece que a coisa está indo muito bem. Eu quero dizer que
281quando a Câmara propôs aquela Resolução de dois anos, a gente previa do prazo o
282término desse serviço, então nós não perdemos seis meses, foram seis meses
283produtivos de uma etapa do trabalho prevista que era a conclusão desses trabalhos.
284Então por isso é que não foi um ano, por isso que foram seis meses, por isso que nós
285determinamos dois anos, porque um ano era justamente para poder compilar esses
286dados, internalizar esses dados para depois então construir uma nova Resolução com
287esses resultados consolidados. Bom, eu acho que o que vocês falaram só nos dá
288segurança de que trilhamos o caminho certo, porque nós não estamos falando só em
289mudar uma tabela, nós estamos falando numa ferramenta, num instrumento de gestão,
290pelo que eu pude perceber e o que está sendo construído não é um banco de dados, não
291é simplesmente uma caracterização dos sedimentos, mas na verdade é um instrumento
292de gestão e um instrumento de gestão que terá que ser incorporado dentro de uma
293Resolução que venha determinar a gestão ambiental para portos. Então seja para
294licenciamento, seja para monitoramento, seja para controle, seja para o que for, esse
295instrumento que está sendo construído, que eu acho que nós não devemos só chamar de
296banco de dados, pelo menos pelo que foi dito, ele vai ser incorporado inclusive com a

17

18

297definição de quem vai operar, como vai ser atualizado porque ele fará parte, ele será um
298instrumento de gestão ambiental também para portos de todas as dimensões. Chama a
299atenção também da fala do Sérgio no sentido de a orientação que essa caracterização vai
300dar, se você faz por porto, se você faz por região, só isso já justifica a gente não ter
301avançado em nenhuma outra regra, porque quem sabe nós teremos que fazer regras por
302região, quem sabe nós teremos que fazer regra porto por porto. Então é uma coisa que
303marítimo, quem sabe nós teremos que fazer regra porto por porto. Então é uma coisa que
304nós ainda não temos dados e que nós precisamos primeiramente assimilar. Então eu fico
305muito satisfeita com a decisão que nós tomamos porque realmente ela está indicando
306que foi uma decisão sábia. Eu tenho uma proposição, que essa apresentação próxima de
307outubro fosse aberta, eu não acho que ainda é o caso de formar um Grupo de Trabalho
308para isso, mas eu acho que é o caso da Câmara Técnica participar e aí até decidir se está
309na hora mesmo ou se não está e aberta até para membros que não são da Câmara, como
310a Câmara funciona, quer dizer, eu posso trazer junto comigo os meus associados que
311trabalham com portos para poder assistir e tudo mais. Eu queria fazer esse convite, eu
312até já ofereço a CNT porque tem um auditório bom que pode ser usado, faríamos um dia
313antes da Câmara, alguma coisa assim, porque aí a gente já ficaria para a Câmara no dia
314seguinte e não atrapalharia a pauta da Câmara Técnica, o andamento da Câmara e a
315gente pudesse estruturar em torno de outubro, novembro, como vocês acharem melhor
316uma apresentação mais ampla, pode ser até seguida de uma mais restrita e depois faz
317uma mais ampla, vocês é que sabem, a gente não quer atrapalhar o processo, quer
318mesmo agregar o processo e somar com o que o Solon falou, quer dizer, o próprio Grupo
319de Trabalho já tirou algumas conclusões, já manifestou algumas dúvidas e ansiedades a
320respeito do tema e quem sabe o trabalho já não está dando essa resposta, ou quem sabe
321o trabalho já não está indicando o caminho para essas dúvidas, para essas
322considerações que foram postas. Então eu achava que seria interessante a gente pensar
323então em estruturar uma apresentação mais ampla, com uma discussão mais ampla no
324final de outubro, início de novembro, enfim, porque aí toda a Câmara Técnica teria
325condições de efetivamente deliberar sobre qual que seria o próximo passo para alimentar
326a construção da Revisão da 344. É isso, obrigada.

327

328

329O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – Bom dia. A minha
330observação é rápida em relação ao que foi falado, são duas as observações. Primeiro eu
331tinha medo de quem seria de São Paulo, eu acho que eu fiz confusão aqui... Quanto à
332apresentação, bom, ótimo, quem vai vir são as mesmas pessoas em termos de São
333Paulo, porque eles entendem, eu entendo menos e eles vão ter que me dizer o que fazer.
334Eu acho que a apresentação pode ser um pouco mais aberta para os membros da
335Câmara que não participaram, senão fica muito aberta, por exemplo, São Paulo é o
336mesmo, então não aumenta, quanto a isso tudo bem. Quanto a novas proposições, agora
337é mais em relação à Câmara, eu tenho muito cuidado em fazer qualquer nova coisa a
338partir de agora, vão mudar Governo Federal, Estadual, vai mudar tudo e qualquer
339proposição nova é muito arriscada, eu não faria, a gente sabe que isso aí, efetivamente
340esse assunto vai ser, sem dúvida tratado, porque a própria Plenária já determinou, mas
341eu não gostaria que se começasse nada até dezembro, qualquer nova iniciativa é um
342horror porque muda toda a representação e começa tudo de novo, é um trabalho perdido.
343Então eu gostaria que não se tomasse atitude de se criar novos Grupos, até o Grupo para
344ser criado, eu gostaria que ele tivesse o trabalho completo, caso contrário ele faria
345análises parciais que na hora que chega outro dado daí faz uma bagunça e perde-se
346muito tempo. Ele já se reuniu, ele tem uma pré-proposta, digamos assim, já existe uma
347pré-proposta, dessa forma eu gostaria de constituir o Grupo efetivamente a partir da

348 próxima gestão e com o trabalho pronto, senão nós vamos perder muito tempo, a gente
349 perde muito tempo querendo adiantar.

350

351

352 O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Solon, nós vamos ter que encaminhar o final
353 dessa discussão, porque nós já estamos com 35 minutos e a Dra. Mônica tem que sair.
354 Então eu só vou pedir que o Solano faça uma intervenção, eu não sei se tem mais alguém
355 da Câmara que gostaria de usar a palavra, para a Dra. Mônica poder encerrar e eu faço os
356 encaminhamentos depois.

357

358

359 O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA) – Eu acho que a nossa idéia é
360 justamente o contrário, nós queremos continuidade nisso, a gente tem que parar com
361 esse negócio de vai mudar Governo e parar o País seis meses antes, um ano antes. Não
362 pode ser assim. Então nossa proposta é essa, pode mudar os membros, mas que tenha
363 continuidade, porque veja bem, presidente, se nós deixarmos para o ano que vem, esse
364 Grupo não vai se reativado em menos de seis meses, olha se for, porque vão ter outras
365 prioridades, o Governo está se instalando, o novo diretor do CONAMA e novos
366 Conselheiros vão estabelecer e com certeza vão deliberar... Se nós tivermos um trabalho
367 já andando eu acho que nós vamos ganhar com isso, esse é o nosso pensamento de que
368 o Grupo de Trabalho seja formado ainda esse ano e tenha pelo menos uma reunião,
369 porque eu acho que é suficiente e em conjunto para já ir sentindo o que está sendo feito
370 de trabalho nessa área, porque o Grupo, ficou bem claro, não é só a tabela, não é só essa
371 caracterização dos sedimentos, ficou bem claro lá nas deliberações do relatório final do
372 Grupo. Então, por isso, que a gente encaminha dessa maneira, agora é importante a
373 proposição da Dra. Patrícia é muito importante porque fazer esse evento aberto para que
374 as pessoas possam opinar, mas seria mais importante que a gente desse continuidade
375 institucional às discussões desse Grupo de Trabalho e eu não vejo continuidade melhor
376 do que formar o Grupo logo esse ano.

377

378

379 A SR^a. MÔNICA (Secretaria de Portos) – Com relação à questão colocada de inserir
380 outras instituições acadêmicas, isso já é uma preocupação que foi colocada para a
381 COPE, a COPE já está envolvendo outras instituições, nós temos, no desenvolvimento
382 desse trabalho, consultores da UFRGS, da Universidade do Recife, da Universidade
383 Federal da Bahia, o professor Landim está como consultor e a própria Secretaria já
384 colocou isso à COPE a inserção e a abertura de discussão com outros professores
385 dessas instituições que estão aí acompanhando esse tema. Então eles já têm um Grupo
386 de consultores paralelos, quer dizer, fora da COPE também trabalhando e discutindo.
387 Antes dessa apresentação houve já uma reunião prévia com esses professores. Na
388 última reunião o Beviláqua também se colocou à disposição a participar também mais
389 proximamente com a COPE no desenvolvimento das etapas seguintes agora. Ainda
390 reforçando essa questão acadêmica, a Secretaria, a maioria dos monitoramentos dos
391 portos nós estamos fazendo as dragagens de aprofundamento, então nós também
392 tentamos trabalhar com os monitoramentos sendo realizados pelas Universidades
393 Federais de cada Estado. Então a dragagem de Santos, por exemplo, o monitoramento
394 está sendo feito pela USP, com a intenção também de uma geração de banco de dados e
395 uma outra etapa de execução do setor portuário que seria a execução da dragagem.
396 Então você tem aí a geração de dados de monitoramento também e numa outra situação,
397 quer dizer, gerando dados para discussões futuras. A Universidade Federal da Bahia está
398 acompanhando ela, ela também é responsável pelo monitoramento do porto do Salvador
399 em Aratu, também gerando um banco de dados específico da execução da obra disso. A

400 Universidade Federal de Fortaleza vai monitorar também a dragagem e aprofundamento
401 do Porto de Fortaleza. Então nós estamos trabalhando com as instituições acadêmicas,
402 nós vimos que a proposta de execução dessas obras também é uma oportunidade de
403 geração de dados justamente para alimentar de uma forma melhor essas discussões com
404 relação às Resoluções, normatizações, procedimentos dentro do setor portuário, porque
405 quando também a Secretaria assumiu isso ela tomou ciência que não tinha referência,
406 não tinha históricos. Monitoramento nós temos no Porto de Santos, no porto do Rio de
407 Janeiro, você tem um monitoramento histórico mais longo, o Porto de Rio Grande, mas
408 nos demais portos não existia isso. Então nós estamos aproveitando justamente
409 situações reais que estão ocorrendo para aproveitamento de obtenção de dados
410 primários, que isso venha gerar posteriormente pesquisas e outros estudos
411 complementando. Com relação à sua proposta de apresentação, também em outubro, eu
412 acho que nós podemos conversar com a COPE, ter uma apresentação prévia na SEP e
413 depois uma maior para apresentar aqui para a Câmara Técnica, eu acho que não haveria
414 problemas, nós vamos estar apresentando aí pelo menos a finalização da inserção de
415 todos os dados. É lógico, como o Sérgio falou, depois nós temos a etapa da conclusão
416 do que isso vai gerar, mas nós não vemos nenhum impedimento de poder pré-programar
417 isso, a gente já conversaria isso com a COPE de ter uma situação mais ampla disso.

418

419

420 O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA) – Em primeiro lugar a pessoa que
421 nós devemos nos dirigir lá para acompanhar esse trabalho, no caso lá na SEP, saber
422 quem é essa pessoa e também se é possível disponibilizar essa primeira apresentação já.

423

424

425 A SR^a. MÔNICA (Secretaria de Portos) – Eu vou olhar a possibilidade de já passar e ver
426 de que forma, talvez até falar com o Leonardo se ele poderia fazer uma pré-apresentação,
427 que é mais a questão operacional do banco de dados. Uma outra preocupação do banco
428 de dados também colocada ontem na reunião da Comissão é que o manuseio, a
429 acessibilidade, o acesso às informações também sejam acessíveis, que não se torne um
430 banco de dados muito especializado, necessidade de conhecimento muito específico
431 para você ter acesso àquelas informações. A gente precisa de um banco de dados, de
432 também manusear aquelas informações, de poder utilizar, dar acesso a isso para uma
433 universidade acessar aquilo ali se ela quer gerar dados, está fazendo algum estudo. Eu
434 falei com eles, pessoas de conhecimento médio de informática poder ter um domínio,
435 porque senão... Se tem aqui no Brasil muitas situações de banco de dados e
436 informações muito grandes, mas de difícil acesso, você tem um conhecimento ali
437 totalmente isolado, não é que ele não exista, mas precisaria de muito conhecimento para
438 dominar. Então a COPE também está trabalhando para tornar isso mais acessível para a
439 gente. E lá na Secretaria seria com o Sérgio, eu sou o coordenadora lá de meio ambiente
440 para a gente pré-agendar essas apresentações e poderíamos até previamente mesmo
441 para avisar à COPE.

442

443

444 O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Gente, eu vou tentar fazer um
445 encaminhamento muito sucinto aqui, a gente tem que entrar na 357.

446

447

448 O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – É super rápido, apenas para
449 agilizar. São Paulo já está representado nessa reunião, nós não temos interesse em pré-
450 reuniões, eventualmente a proposta da Patrícia poderia ser incorporar mais os dois ou

451três membros da gama que não têm participado na reunião normal de outubro. Eu acho
452que para facilitar, só uma sugestão.

453

454

455A SR^a. MÔNICA (Secretaria de Portos) – Só um detalhe, a discussão que ele colocou aqui
456com relação à criação de Grupos para discussão da Resolução. Eu acho também que,
457levou-se um tempo para amadurecer, sobre gerar conhecimentos sobre esse tema e hoje
458a gente tem um posicionamento de várias pessoas que estão acompanhando esse
459trabalho, a necessidade de abertura desse Grupo ou a construção disso, de um
460reconhecimento da importância de reestudar a reformulação da 344 ou do licenciamento.
461Eu acho arriscado aguardar isso para o ano que vem porque a gente... Realmente hoje
462você tem essa construção de conhecimento, de chegar a opiniões comuns, você viu na
463discussão do ano passado, o conflito que foi isso tudo e hoje não, hoje nós já estamos
464com um posicionamento comum, da necessidade de reestudar, de criar esse Grupo de
465Trabalho, deixar isso para o ano que vem, realmente, muitas das equipes vão mudar. Eu
466não sei se até vocês estruturarem esse posicionamento de novo da necessidade de
467reestudar, quanto tempo isso vai levar. Eu sou de opinião também, eu concordo com o
468professor de, se fosse possível, de pelo menos a abertura desse Grupo de Trabalho
469ainda esse ano e que ele se prolongue para o ano que vem, mas que é uma ação já
470necessária reconhecida por todo mundo que está aí dentro da área, convivendo com o
471tema, convivendo com o processo de licenciamento dessas obras, não só da dragagem,
472como do licenciamento portuário também.

473

474

475O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – A proposta que eu vou fazer vem ao encontro
476dessas preocupações. Eu acho que essa questão é importante, ela está tendo um certo
477andamento e eu tenho duas sugestões: primeiro, eu estou trabalhando com o cenário, na
478segunda quinzena de outubro nós fazemos uma reunião da Câmara Técnica de Controle
479e Qualidade. Nessa reunião a minha idéia é pautar essa questão para ser discutida uma
480agenda da revisão da 344. A gente define um certo cronograma dentro dessa
481preocupação nossa que nós temos 24 meses, como que nós vamos usar esse tempo e aí
482definir o que a gente pode fazer nesse momento. Por quê? Eu acho fundamental que já
483que a Secretaria de Portos está acumulando toda uma experiência nessa revisão,
484principalmente a Secretaria de Portos, eu, MMA, tragam para essa reunião, estejam
485presentes nessa reunião, qual é a proposta que eles entendem que é necessária, vamos
486dizer assim, trabalhar. Porque tem uma questão de modelagem nesse processo que é
487uma questão complicada e isso aparece de diversas formas em cada discussão que nós
488fazemos, uma hora aparece como revisão da 344, outra hora aparece como
489procedimentos para licenciamento portuário e eu acho que isso tem que estar claro
490numa discussão e isso tem que estar definido dentro de uma agenda. Então a minha
491proposta e aí talvez, Alonso e Patrícia, nós podemos pautar na própria reunião uma
492apresentação, colocar num primeiro momento, vamos privilegiar, vamos dizer assim,
493essa questão. Gente, pauta da reunião, nós reservamos aí uma hora e meia, uma hora
494para uma apresentação de uma certa discussão e depois dessa apresentação nós
495fazemos uma discussão sobre a agenda, que agenda que a Câmara define para, vamos
496dizer, os nossos próximos passos, se vamos criar um Grupo de Trabalho já
497imediatamente, se nós vamos trabalhar... Porque a minha preocupação é a seguinte: qual
498é a termo de referência desse Grupo de Trabalho? Nós não podemos começar uma
499discussão para, vamos dizer assim... É muito complicado começar uma discussão de
500revisão de 344 e acabar numa de licenciamento portuário. São duas coisas diferentes e
501nós não podemos, os públicos são diferentes, as competências são diferenciadas e a
502participação de cada um de nós aqui tem que estar prevista dentro desse processo.

29

30

503 **Porque se nós tivermos que revisar, uma coisa é revisar a 344 dentro de uma perspectiva**
504 **de licenciamento de portos, onde você pode fazer uma série de artigos referentes à**
505 **questão de dragagens e modificar a 344, ou até extinguir a 344, fazer uma Resolução**
506 **mais ampla que inclua a questão de dragagem como um dos pontos e aquela tabela de**
507 **sedimentos fique como na 357, uma das dezenas de tabelas que nós temos na 357. Então**
508 **eu acho que o melhor encaminhamento para esse momento, até porque a gente não pode**
509 **abrir uma discussão maior, nós temos um compromisso de assumir a nossa 357 de**
510 **novo, é pautar, privilegiar esse assunto na próxima reunião de outubro e aí eu acho que**
511 **ter uma conversa principalmente entre a SEP e o MMA de trazer um entendimento, uma**
512 **modelagem de como tem que ser trabalhado isso e a Câmara deliberar sobre o**
513 **cronograma, sobre uma agenda. Seria em cima desse cronograma, esse cronograma**
514 **com certeza auxilia qualquer processo de transição e amarra, vamos dizer assim, as**
515 **ações que vem adiante. Eu acho que nós não temos condições de decidir assim: na**
516 **próxima reunião vamos definir Grupo de Trabalho. Eu acho que não há condição de fazer**
517 **essa discussão aqui, então por isso que nós estamos fazendo... Nós podemos até criar,**
518 **mas então vamos ver como que isso evolui até a próxima reunião de outubro. Então**
519 **esses seriam os encaminhamentos que eu proponho, na segunda quinzena de outubro a**
520 **gente articula, fica a proposta que em vez de fazer uma apresentação prévia, a gente já**
521 **faça essa apresentação na própria reunião da Câmara. Isso aí privilegia, mas eu acho que**
522 **todos nós temos interesse e fica forte fazer uma reunião de três dias, o pessoal tem que**
523 **vir três dias antes, eu quero privilegiar esse trabalho na Câmara que foi tão recomendado**
524 **por todos e eu queria parabenizar porque além da questão técnica que nós estamos**
525 **vendo que corre por traz, tem uma clareza sobre a articulação operacional dentro desse**
526 **processo, porque são os atores que vão nos dar esses dados e que vão ajudar a**
527 **alimentar, estão participando da concepção. Isso é diferente de muitos outros trabalhos**
528 **que a gente faz e que acabam nas prateleiras e que não servem para orientar, subsidiar e**
529 **apoiar as nossas políticas públicas. Então, obrigado Mônica, obrigado Sérgio e aí**
530 **Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Portos eu peço que evoluam nessa**
531 **discussão para nos trazer uma orientação quanto à agenda que nós temos que seguir a**
532 **partir de outubro. Obrigado. Bom, vamos retomar a nossa 357, Dra. ZULEIKA. Bom,**
533 **vamos começar então a 357? Dra. ZULEIKA, nós, na última reunião, tínhamos chegado**
534 **até o artigo 26 ou 27, não é?**

535

536

537 **A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Nós tínhamos chegado até ao**
538 **artigo 26, que foi aprovado e ficamos com a discussão do 27 pendente para essa reunião.**

539

540

541 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Eu só queria ver uma questão aqui que a**
542 **CETESB trouxe uma observação em relação ao artigo 26. Vamos só ver isso aí porque**
543 **como nós temos trabalhado de uma forma geral quase tudo aqui tem sido consenso,**
544 **vamos só ver o que a CETESB nos traz aí, porque ela tem observações ainda no 26 e no**
545 **27, nós já discutimos os outros aspectos, a CETESB tinha proposto entre a última**
546 **reunião e esta. Não sei se o Dr. Alonso ou o Dr. Regis podem falar. Não sei, eu quero**
547 **pegar já o 26 e o 27 e trabalhar isso aí.**

548

549

550 **O SR. RÉGIS NIETO (CETESB) – Bom dia a todos. Primeiro nós estamos fazendo uma**
551 **revisão, na verdade, importante da CONAMA 397 e aproveitar melhor as ferramentas,**
552 **aproveitar melhor as ferramentas significa, por exemplo, o que foi feito, realmente**
553 **aumentar o número de padrões de emissão colocando DBO e outros mais que já estão**
554 **consolidados por esta Câmara Técnica. Mas, por outro lado, nós também acabamos de**

32

33

555 uma forma ou de outra já meio que flexibilizando a ferramenta (...). Nós já fizemos isso
556 quando aceitamos a questão dos emissários marinhos para fontes de poluição que não
557 são esgoto doméstico e aqui eu acho que nós não devemos continuar nessa seara, eu
558 acho que nós já fomos na... eu não digo na contra-mão, era necessário, mas para reuso
559 eu não vejo nenhuma necessidade disso, de flexibilizar padrão de emissão. O Estado de
560 São Paulo tem diversas, boa parte das empresas faz reuso, inclusive após o aflente
561 tratado com tratamento terciário, com osmose reversa, já indústrias químicas e não
562 necessitando de ter, esse concentrado fica circulando dentro do próprio processo, do
563 sistema chamado NBR, na verdade, é de mídia fixa, a osmose fica dentro do tanque, não
564 há nenhuma necessidade desse concentrado ficar junto e quando ele sai ele sai junto
565 com o lodo. Diversas empresas fazem isso. As empresas que fazem esse reuso
566 realmente ambientalmente estão corretas, nós temos que incentivar isso, mas é
567 incentivar com outros mecanismos e não flexibilizando padrão de emissão. Outros
568 mecanismos podem ser: no Estado de São Paulo você pode ampliar o prazo de
569 renovação de licença em até 30%, na verdade a própria empresa tem ganhado, quando
570 faz reuso, tem ganho ambiental sim e tem ganho econômico sim também, utilizando
571 nesse processo produtivo efluentes que não necessitariam de ser água potável e sim
572 efluente tratado, ela tem ganho pela cobrança porque ela passa a não ter cobrança no
573 mesmo efluente do corpo d'água, com isso você acaba sendo tachado menos ou até
574 muitas vezes fazendo o descarte zero de efluentes. Então tem diversos meios que não
575 precisariam dessa parte de ter um artigo específico para água de reuso, na verdade tem
576 que ter o artigo para reuso, mas não a flexibilização que é o parágrafo único, não há
577 nenhuma necessidade disso e eu acho que nós já fizemos a parte de flexibilização onde
578 poderia ser feita, eu acho que não precisamos ir além do que já foi feito.

579

580

581 A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Eu vou aproveitar que está discutindo o artigo 26 e
582 vou pedir só para olhar um pouco o caput, porque para proceder a sua reutilização, o
583 sujeito da frase é as fontes potenciais ou efetivamente poluidoras, enfim. Esse “a sua”,
584 de quem? Não está, a gente entende por óbvio, porque só pode ser efluente, mas sob o
585 português não está correto. Então é só fazer uma revisão aí, repetir efluente, proceder a
586 reutilização do efluente, enfim. Tirar o “sua”, boa idéia, porque senão fica feio. O
587 segundo é em relação ao parágrafo, eu queria uma explicação melhor, porque quando
588 fala “poderá estabelecer condições específicas para lançamento”, eu não estou
589 entendendo que é só flexibilização. Por que é só flexibilização? Condições específicas
590 são condições específicas, pode ser até o contrário, então, quer dizer, não está claro que
591 é flexibilização, eu acho que o que está dizendo aí é que vai olhar especificamente, não
592 quer dizer automaticamente que vai flexibilizar. Então, quer dizer, a justificativa para tirar
593 para mim não corresponde ao que está escrito no parágrafo único, porque pode ser até
594 que quem escreveu escreveu com essa intenção, mas o que está escrito não é isso, o
595 que está escrito é que são condições específicas. Não é condições específicas para
596 flexibilização e nem condições específicas para complexar, não, são condições
597 específicas, então eu não compreendi a justificativa da supressão.

598

599

600 O SR. CARLOS (Petrobras) – Eu participei dos trabalhos do Grupo inclusive da redação
601 desse parágrafo, que surgiu em função de alguns motivos, essa possível necessidade de
602 ter esse parágrafo único. Primeiro que o reuso de efluente realmente não demanda em
603 100% dos casos a necessidade de lançamento de algum efluente final em desacordo com
604 os padrões de lançamento estabelecidos na Resolução. Ele pode sim acontecer no caso
605 de reuso de efluente final quando a empresa já tem o efluente final tratado e enquadrado
606 nos limites de lançamento, ele vai proceder com o seu reuso, porque geralmente o reuso

35

36

607desse efluente é para gerar uma água de qualidade para processos como motor de
608resfriamento, geração de vapor e acaba-se por ter um concentrado desse efluente. Então
609basicamente você vai ter um efluente com volume 50, 60, 70% menor, mas com uma
610concentração maior, porém a carga é a mesma. Então foi nesse sentido que se redigiu
611esse parágrafo, no caso do reuso do efluente final onde pode haver a concentração de
612um efluente que já foi enquadrado, poderia haver a possibilidade de estabelecer
613condições e padrões específicos para esse lançamento. Foi basicamente nesse sentido,
614não significa lançamento de maior carga, de maior impacto ambiental, nada disso.

615

616

617O SR. RÉGIS NIETO (CETESB) – Desculpa, mas eu entendo que se fosse para ser mais
618restritivo, a própria legislação permite, padrões específicos você está querendo dizer não
619atender ao padrão de emissão para algumas substâncias. Então, Patrícia.

620

621

622O SR. CARLOS (Petrobras) – Seria flexibilizar para um ou outro parâmetro que possa ser
623desenquadrado numa concentração desse efluente para o reuso. Aí com relação eu
624queria fazer só um comentário também, quando o Regis comentou que o reuso é
625economicamente favorável é entre aspas, ele seria economicamente favorável sempre se
626a empresa trabalha recebendo uma água de concessionária. A partir do momento que ela
627capta a água de um corpo hídrico superficial, os atuais custos de cobrança não
628justificam a implantação de reuso, então por fins monetários quando você capta de uma
629fonte superficial, subterrânea esse custo de captação não justifica economicamente você
630fazer o reuso, o reuso se faz por outros motivos, agora se você usa a água de uma
631concessionária de abastecimento que tem o custo altíssimo, aí sim qualquer tecnologia
632de reuso se paga, então tem essas duas vertentes aí que precisam ser consideradas.

633

634

635O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (ABEMA/ES) – Partindo dessa premissa, eu acho
636melhor não fazer o reuso de forma alguma. Já que a permissibilidade para o reuso
637significaria a gente ser mais permissivo na emissão, então é melhor não fazer o reuso.

638

639

640O SR. HIROSHI (CETESB) – O que eu entendo que o reuso, o descarte é normalmente de
641circuito fechado ou de efluente que está sendo reutilizado. Essa reutilização economiza
642água, reaproveita produtos e essa purga vai estar com alguns parâmetros, alguns
643compostos mais concentrados e se você fizer um estudo de avaliação de impacto,
644capacidade de suporte do rio, talvez numa primeira avaliação você não consegue captar
645ou você consegue provar que esse parâmetro, além do padrão, ele não vai alterar a
646capacidade de suporte. Mas normalmente são parâmetros cumulativos, que com o
647decorrer do tempo ele vai causar dano sim. Então eu acho que essa flexibilização não
648tem sentido. Como o colega falou, realmente se for nesse sentido de flexibilizar é melhor
649evitar o reuso, porque tanto economicamente quanto tecnicamente o reuso é vantajoso.

650

651

652O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) – Na verdade o que a gente
653está comentando é que nós temos já no artigo 5º uma possibilidade de fazer isso. O que
654eu vejo é que cada vez que nós tratamos de um assunto que tem uma especificidade e
655esse assunto tem uma especificidade, nós estamos criando um parágrafo... Mas nesse
656caso... Já fizemos isso em outras questões. Eu acho que o artigo 5º é aplicável, tanto
657para... Claro que para ser mais rígido, nunca vai ser, mas é aplicável, quanto para
658flexibilizar a questão. Então, eu não vi, eu não consegui entender realmente a

38

39

40

659necessidade deste parágrafo único específico nesse caso. Então, se existir um fato
660concreto que vai inviabilizar o reuso, que não poderia ser coberto pelo artigo 5º eu
661gostaria de saber, até agora eu não estou convencido de que existe essa possibilidade.

662

663

664A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Quando isso foi discutido no
665Grupo de Trabalho realmente foi com essa conotação de que não seria flexibilização,
666condições específicas para dar uma idéia de que em alguns casos isso tem que ser
667analisado porque é um fato concreto, mas de certa forma o artigo 5º contempla isso
668também, porque ele é genérico, ele é regra geral. Então, talvez não seja realmente
669necessário manter o parágrafo único, porque se a gente voltar no artigo 5º, ele dá
670exatamente essa excepcionalidade e coloca os 4 requisitos necessários a esta análise,
671que é o estudo porque nesse caso do reuso, se nós pensarmos bem, todos os 4
672requisitos lá são aplicáveis, o estudo, a temporalidade, ou seja, pode ocorrer na situação
673do reuso, inclusive até sendo incorporado no próprio licenciamento do empreendimento
674essa condição.

675

676

677A SRª. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Bom, com a fala do Mourão e da ZULEIKA, eu acho que
678realmente eu concordaria com a justificativa de que condições específicas é
679flexibilização. O rapaz ali não vai anexo à norma, então condições específicas não é
680flexibilização para quem ler essa norma pela primeira vez, então não é, não adianta dizer
681que é, que não é. Mas eu concordo que o artigo 5º já compreende, bem lembrado Mourão,
682então que portanto o parágrafo único é inútil, ele não precisa ser repetido porque o
683espírito dele já está contemplado no artigo 5º.

684

685

686O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Obrigado Patrícia, mais algum comentário?
687Parece que a unanimidade é acatar a proposta de supressão do parágrafo único do art.
68826º conforme sugestão da CETESB. Artigo 27. Dra. ZULEIKA, bom, esse é justamente o
689que nós tínhamos parado, nós interrompemos a discussão ao final da 42ª reunião e nós
690temos aqui, pelo que eu entendi, Dr. Alonso, uma proposta de substitutivo que o Governo
691de São Paulo apresenta, tínhamos já uma proposta da CNI, que tinha sido discutida, mas
692que eu acho que é interessante a gente retomar a discussão de todo o artigo nesse
693momento e pedir para a CETESB apresentar a proposta e o porquê dessa proposta de
694nova redação do artigo 27. CETESB.

695

696

697O SR. RÉGIS NIETO (CETESB) – A questão da declaração, houve, Volney, a ZULEIKA
698poderia acrescentar, mas durante o Grupo de Trabalho algumas propostas do IBAMA de
699complementar muito mais o que está escrito aí na verdade e depois voltou-se atrás e
700chegou quase com a proposta que estava anteriormente. Houve uma mudança, assim,
701durante as discussões do Grupo de Trabalho. Para voltar ao próximo que estava, eu acho
702que a forma que estava na CONAMA 357 é clara, deixa a critério do órgão ambiental fazer
703uma linha de corte que é necessária, no Estado de São Paulo são mais de cem mil
704estabelecimentos e para todos eles nós vamos exigir declaração, fica impossível e
705inviável trabalhar com isso. Então ela é clara, é precisa e eu acho que não precisaria ser
706modificada da forma que estava na CONAMA 357. Eu queria que a ZULEIKA comentasse,
707por favor.

708

709

41

42

710A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – O caput do artigo, na proposta
711aí do Governo de São Paulo, permanece inalterado, ele está idêntico ao caput do artigo
712do GT, ele inteiro. A grande discussão é a questão do conteúdo da declaração e daquela
713flexibilidade de que o órgão ambiental poderia inclusive dispensar para alguns tipos de
714fontes, que são os parágrafos primeiro e segundo. Então o parágrafo primeiro, na
715proposta de São Paulo, está até um pouco mais sucinto, a declaração referida, entre
716outros dados, deverá conter a caracterização qualitativa e quantitativa dos efluentes
717baseada em amostragem representativa dos mesmos. Isso está como é na 357 hoje, nós
718tínhamos incorporado outras informações para serem agregadas à declaração de carga
719poluidora como: condições de funcionamento da fonte durante a amostragem,
720características dos dispositivos de controle da poluição, episódios excepcionais que
721podem ter afetado o desempenho, avaliação de dados de amostragem fácil aos padrões
722de lançamento estabelecidos e a proposição de medidas corretivas se necessário com
723respectivo cronograma de implantação. Depois houve um questionamento de que isso
724tudo aí deveria ser acompanhado no controle e pós-licenciamento e não incorporado à
725declaração de carga poluidora, mas a questão da manutenção dos equipamentos e
726dispositivos de controle de poluição, ela ficou inclusive incorporada até numa proposta
727que a própria Petrobrás apresentou também. Então se formos aí atender às duas
728propostas que apareceram seria incorporar na redação original do § 1º da 357, depois de
729amostragem representativa dos mesmos, o estado de manutenção dos equipamentos e
730dispositivos de controle de poluição. Eu acho que essa informação é interessante porque
731já que a declaração é anual, eu acho que é uma oportunidade que o empreendedor tem
732até de fazer uma rápida avaliação se o sistema está operando bem, se ele tem condições
733boas de operação. Então eu acho que ficando aí no meio do caminho, pesando demais a
734mão e pedindo informações muito detalhadas nesse tipo de declaração, eu acho que
735acrescentar além da caracterização qualitativa e quantitativa dos efluentes o estado de
736manutenção dos equipamentos seria interessante.

737

738

739O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Na realidade acata a proposta de São Paulo
740complementando no § 1º a questão do estado de manutenção dos equipamentos, é isso?

741

742

743O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA) – Me chamou atenção realmente esse
744acrécimo de dados aí no capítulo, porque essas informações todas eu acho que o órgão
745ambiental tem que ter conhecimento, ele tem no processo de licenciamento e pode
746solicitar a qualquer momento. E a minha preocupação é aquela história, é tudo muito
747mastigado, de repente não pode haver gestão sobre isso aí, pode se deixar de lado, a
748minha preocupação é essa, a coisa vir muito completa, muito documento, muito papel e
749não se analisa, na teoria seria muito bom, se efetivamente essa análise fosse feita, mas
750nós estamos tratando do Brasil, todos os órgãos ambientais do Brasil, estaduais,
751municipais que vão fazer isso aí e a gente sabe que nem todos têm seu corpo técnico, o
752corpo técnico adequado para todas as demandas. Então nos dar mais esse encargo eu
753entendo que já existe isso aí e a nossa idéia é que esse artigo ficasse mais próximo
754possível do original. Obrigado.

755

756

757O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – Olha, o acréscimo sugerido
758simplesmente repete o que está na 357 hoje, o estado de manutenção de equipamentos,
759dispositivos e etc. Veja, eu acho que isso é interessante, eu não nego, no entanto, como
760uma primeira tomada de posição qualitativa e quantitativa significa o seguinte: nós
761tentaríamos fazer alguma coisa que hoje praticamente ainda não se tem, que seria o

44

45

46

762inventário. Como o artigo fala dentre outros, os órgãos ambientais que estão fazendo o
763controle, isso pode pedir isso e mais outras coisas. Então no primeiro momento, apenas
764para que nós tenhamos uma primeira tomada de posição, que nós não temos até hoje do
765inventário de emissão, eu acho que sinalizar apenas qualitativo e quantitativo já é uma
766colocação adequada, não impedindo que os órgãos que queiram outras informações
767assim o façam porque está dentre outros, não está somente. Então eu acho que não me
768colocaria muito a favor do estado de manutenção de equipamentos, dispositivos e
769controle de poluição e etc. porque o próprio controle, perdão, a própria licença ele tem
770que dizer isso, se ele tem equipamento de controle ou se não tem. Então, se você
771começar a ver a quantidade de informações e papéis que são repetitivos, que realmente
772para quem trabalha com muitas fontes é meio caótico, então está “dentre outros”, eu
773acho que basta.

774

775

776O SR. ERIC FISHER (Ministério da Saúde) – Há dois ano atrás eu ainda trabalhava no
777INEA, era contratado por outra empresa, mas trabalhava na INEA e aí nós começamos a
778trabalhar com a questão das cargas poluidoras, do programa de poluição da Baía de
779Guanabara que vinha nos relatórios aqueles dados todos tabulados, mas você não
780conseguia trabalhar, tinha que botar um estagiário para trabalhar essas informações.
781Então fizemos toda a revisão da norma de auditorias ambientais, que o Estado de São
782Paulo não tem, mas alguns Estados têm e resolvemos incluir alguns indicadores de
783desempenho que o CEBDS utiliza e outros nessas auditorias ambientais. A pergunta aqui
784com relação a isso será que não valeria a pena, além da declaração das cargas, colocar
785também o indicador da meta que deve ser atendida e cotejar isso com relação a essa
786meta? Acaba sendo muita coisa ou não, mas eu acho que seria um ganho de gestão
787muito interessante se fosse incluído isso.

788

789

790O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Eu queria fazer uma observação, eu costumo
791não opinar muito, mas realmente quando entra nessa parte de informações eu me sinto
792provocado. Porque assim, qual é o objetivo dessa declaração de carga poluidora? É a
793gente fazer o inventário de emissões. Então o que eu ganho sob o aspecto... Eu fico
794pensando sob um prisma nacional, uma perspectiva nacional, quais são as informações
795que nos interessam, o que nós queremos motivar com essa declaração? Porque o órgão
796estadual vai ter total autonomia para pedir a informação que ele quiser, agora, qual a
797informação que teria relevância sob uma lógica desse instrumento aqui da declaração de
798carga poluidora? E aí nós não vamos fazer aqui um formulário de como tem que ser essa
799solicitação, senão a gente faria. Porque eu fico pensando o seguinte: qual é o objetivo?
800Para mim o objetivo está plenamente atendido simplesmente com essa questão
801qualitativa e quantitativa, nós não precisamos qualificar mais isso, se houver outros
802interesses aí específicos dos órgãos de qualificar esse processo, eles têm total
803autonomia para fazer. Então eu acho que dentro de uma regra geral como essa e a
804dificuldade que nós temos de fazer a gestão da informação nos nossos órgãos, que nós
805temos que reconhecer, eu acho que talvez uma abordagem um pouco minimalista aqui
806ajudaria. Dra. ZULEIKA, a senhora que sempre nos salva nesses momentos.

807

808

809A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Diante do que foi colocado
810pelos Conselheiros é manter a redação original da 357 do § 1º.

811

812

47

48

49

813O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Tem uma diferença no § 1º, segundo a
814CETESB a questão de manutenção ela entende que não seria... Essa é a única diferença,
815o resto me parece de acordo.

816

817

818A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu fui até conferir na 357, a
819redação que está lá incluiu estado de manutenção de equipamentos e dispositivos de
820controle da poluição. A proposta da CETESB então é excluir, é parar em “amostragem
821representativa dos mesmos”.

822

823

824A SRª. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Por quê?

825

826

827O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – Veja o seguinte, quando foi
828aprovada a 357? Até hoje alguém tem essas informações? Vamos ser práticos e
829objetivos, não adianta a gente ficar... Alguns têm, mas alguns não têm, São Paulo não
830tem dessa forma completa.

831

832

833A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Estaria obrigando ou estaria
834dizendo.

835

836

837O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – Aqui é obrigando, quer
838dizer, o que nós precisamos de forma imediata saber no País é ter claro o nosso
839inventário de emissões. Isso ajuda você a planejar. Se o órgão ambiental achar
840importante, faça, se não achar importante e julgar que o seu próprio processo de
841licenciamento já contempla isso e ele tem as suas próprias formas, quer dizer, cada um é
842de um jeito, nada atrapalha, eu posso colocar uma lista desse tamanho que nada
843atrapalha, mas na realidade eu vou ter que gerenciar uma quantidade tal de informação
844que eu não gerencio. Efetivamente a 357 tem um monte de coisa que pede e que
845efetivamente não se concretizou, por exemplo, em dois anos todas as fontes teriam que
846estar enquadradas, eu pergunto: quantas que efetivamente foram? Então não adianta a
847gente sonhar muito, é legal ter, eu acho também, se a gente tivesse um banco de dados
848perfeito seria maravilhoso para fazer o gerenciamento, não temos nem sistema
849informatizado de forma que satisfaça quem trabalha com cem mil fontes como a gente.
850Então eu acho que está aberto, pode, não está negado o direito. Agora é minimamente.

851

852

853O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – O que tem aqui é uma discussão, o que cabe a
854nós é fazer essa recomendação se é importante ou não, é só isso.

855

856

857A SRª. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Eu acho que é manter a 357, quer dizer, não existe
858nenhum dado concreto que está atrapalhando a redação que a 357 propôs. Essa que é a
859verdade, quer dizer, não está te atrapalhando, não está atrapalhando órgão nenhum a
860redação atual da 357. O dado mais importante está sendo tratado e como você mesmo
861diz o outro dado ninguém têm ou poucos têm.

862

863

50

51

864O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – Ou seja, não se cumpre a
865norma.

866

867

868A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Eu só acho que a gente debruce sobre um artigo para
869modificar sem nenhum motivo concreto.

870

871

872O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Nós temos pouca diferença aqui, eu acho que
873é fácil de a gente construir aqui um entendimento. Me ficou muito claro a posição da
874coordenadora que acha também que a redação da 357 deva ser mantida, então há uma
875pequena diferença e a minha preocupação é saber cabe a nós fazer essa regulamentação
876sobre a questão da manutenção? Essa é a pergunta, o que eu ganho com isso? Eu não
877sou contrário a isso, eu só estou querendo saber um esclarecimento.

878

879

880O SR. HIROSHI (CETESB) – Eu só queria esclarecer que quando foi promulgada a 357,
881nós recebemos vários questionamentos dos empresários dizendo como apresentar esse
882dado? Nós não tínhamos uma receita, porque são vários tipos de equipamento de
883controle e nós não temos como sistematizar essas informações, é complicado isso.

884

885

886O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (ABEMA/ES) – Eu acho que tudo bem, não prejudica
887manter a redação do artigo, contudo nas declarações que nós temos recebido não vem
888essa informação. Então não está valendo de nada, uma vez que a gente está revisando a
889357 e/ou complementando, eu acho, a minha posição, ABEMA, é que nós deveríamos ser
890sensatos uma vez que já que ela não está sendo cumprida, vamos tirar isso da carga
891poluidora, por quê? Porque no controle do licenciamento existem condicionantes onde já
892é feito todo esse controle, não há necessidade dessa informação na declaração.

893

894

895O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Dra. ZULEIKA e depois eu vou encaminhar
896uma deliberação sobre esse ponto.

897

898

899A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu peço licença para me
900manifestar como técnica do órgão ambiental de Minas Gerais. Também aconteceu lá
901quando a 357 foi aprovada muitas consultas referentes a como apresentar a declaração
902de carga poluidora. Nós montamos um formulário para padronizar o recebimento desses
903dados e nesse formulário existem informações sobre o estado de manutenção dos
904equipamentos sim, ele foi feito de uma forma de preenchimento rápido. A declaração é
905subjativa, nós temos que confiar na boa fé do empreendedor que ele vai prestar uma
906informação correta e Idônea ao órgão ambiental. Para que serve isso? Para que nós
907possamos motivar o empreendedor a fazer a cada ano uma avaliação do seu sistema.
908Então eu acho que é uma questão de formatação da declaração, o problema que existe é
909quantos estados se prepararam para cumprir a 357? Não sei quantos, hoje a nossa
910declaração é encaminhada via eletrônica, nós temos um banco de dados que recebe
911essas declarações e anualmente nós fazemos um relatório compilando isso, isso vai ser
912usado pelo IGAM, está sendo usado pelo IGAM no planejamento da cobrança pelo
913lançamento de efluentes. Então é um dado que serve para a gestão. Então eu não
914concordo assim, não tem uma opinião radical se mantém ou se exclui a questão da
915manutenção dos equipamentos, do estado de manutenção dos equipamentos, mas eu

53

54

916acho que o problema não é tirar porque não está sendo cumprido, eu acho que deve ser
917mantido e os Estados deverão proporcionar meios do empreendedor declarar esse
918estado, porque ele faz uma auto-avaliação, porque se os dados dele estão ruins pode ter
919ocorrido algum problema na manutenção dos equipamentos.

920

921

922**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Eu acho que nós devemos
923ser muito objetivos nesse tipo de coisa, veja só, não me convence dizer que eu quero
924que o empresário, ao fazer a declaração, ele vai olhar o equipamento e vai tentar
925melhorar. Ele só vai tentar melhorar se a gente tiver efetivamente: olha, carga poluidora
926tem? Você vai ser cobrado para isso. Cobrou? Aí num instante ele não vai precisar de
927requerimento nenhum, ele vai pegar e vai fazer. Eu digo o seguinte: o dado, para que foi
928colocado condições de manutenção do equipamento? Para quem analisa o dado, existiu
929um dado discrepante. Poxa, esse cara aqui de repente mostrou um dado discrepante ou
930para menos ou para mais, eu estou analisando o dado e eu quero saber porque houve
931essa discrepância ao longo do troço. Então eu peço: qual é a condição dos seus
932equipamentos, como você coletou esse dado, de que forma está? Mas se a gente não faz
933essa análise, se nós não temos, eu acho que nós não devemos pedir isso só por pedir.
934Eu vou pedir e deixar lá arquivado. E nós temos condições de pedir quando quisermos,
935porque o outro parágrafo dá a condição de a gente pedir quando quiser na análise do
936dado efetivamente. Então eu acho que é realmente (...) a gente fazer uma exigência para
937que não tenha um objetivo claro.

938

939

940**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Eu só estou com um problema de
941conceito aqui novamente talvez, mas agora eu já corriji, que se falou em emissões,
942emissões eu associo sempre a gases. Mas fica bem claro que efluente nós já
943caracterizamos aqui que despende os líquidos. Isso aí só.

944

945

946**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom, no caput a proposta de São Paulo e do
947Grupo é identifica, então o caput não tem problema, o caput do artigo 27 está ok. No § 1º
948nós temos essa diferença, que é a manutenção do texto da 357 onde nós temos o estado
949de manutenção dos equipamentos e a proposta de São Paulo que suprime. Eu acho que
950eu gostaria de ouvir quem, vamos dizer, eu teria que deliberar agora, quem seria a favor.

951

952

953**A SRª. PATRÍCIA BOZON (CNT)** – É porque o Cláudio Alonso me lembrou aqui bem que a
954gente que faz auditoria interna de norma ISO, ler uma coisa dessas a gente não escreveu
955pau, então isso é complicado. Então como tem esse § 2º, o Mourão mais uma vez
956lembrou bem que tem uma janela no § 2º, aí no § 2º já compreenderia isso, quer dizer, se
957órgão em Minas já tem uma resposta automática para essa coisa ele entra no § 2º como
958critério adicional.

959

960

961**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então vamos fazer a seguinte lógica: vamos
962dar uma olhada no § 2º primeiro e aqui tem a proposta de redação da CETESB, eu queria
963saber se a Dra. ZULEIKA tem acordo com esse § 2º, com essa nova redação, que
964modifica de alguma forma o que estava previsto pelo Grupo de Trabalho.

965

966

967**A SRª. PATRÍCIA BOZON (CNT)** – Se ficar a proposta da CETESB, a CNI retira.

56

57

58

968

969

970A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – É a mesma, é porque houve
971 uma proposta inicial de abranger todos os tipos de empreendimentos, mas a gente sabe
972 que realmente isso é um pouco complicado, então eu acho que vale a pena manter aí,
973 inclusive dispensando, se for o caso, para empreendimentos de pequeno potencial
974 poluidor. De menor ou de pequeno? Deixa eu ver como está no original. Na original está
975 menor. Está igual é na original, na 357.

976

977

978O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Então § 2º, alguém tem discordância em
979 relação ao texto de São Paulo? Nós estamos avaliando o texto de São Paulo aqui.

980

981

982O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) – Realmente não existem as
983 informações adicionais... Que eu acho que poderia ser acrescentado, coloca
984 informações adicionais também que se o órgão quiser, nada impede. Eu acho que é
985 razoável.

986

987

988A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Então ficaria: o órgão
989 ambiental competente poderá estabelecer critérios e informações adicionais para
990 complementação e apresentação da declaração mencionada no caput desse artigo,
991 inclusive dispensando-a, se for o caso, para empreendimentos de menor potencial
992 poluidor. Presidente, eu acho que pequeno potencial poluidor fica melhor do que menor
993 potencial poluidor. Ou de baixo potencial poluidor, porque o pequeno às vezes depende
994 da classificação que o Estado faz. Mas na 237 está menor, eu acho que nós podemos
995 melhorar. Talvez baixo seja uma palavra mais ampla do que pequeno. Vamos mudar
996 então? De baixo potencial poluidor.

997

998

999O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Eu acho que no artigo 23 nós também vamos
1000 ter que modificar isso, no art. 23, parágrafo único também está fontes de menor potencial
1001 poluidor, depois nós voltamos lá para ver essa inconsistência. Então ficaríamos com
1002 essa proposta da CNI para o § 2º do artigo 27, é isso? Todos têm acordo?

1003

1004

1005O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – São Paulo retira, porque o
1006 espírito é o mesmo, só que está mais explicado.

1007

1008

1009O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – E aí retornamos então ao § 1º, tendo essa
1010 redação aprovada, que é essa redação da CNI, ficamos então com a redação de São
1011 Paulo no § 1º, é isso? Retirando aí do texto original da 357, do Grupo de Trabalho a
1012 questão da manutenção, porque entendemos que isso é um aspecto que pode ser
1013 contemplado pelo próprio órgão. Ok? É isso Dra. ZULEIKA? Eu só pediria lá no artigo 23
1014 que desse uma olhada no parágrafo único, no final do parágrafo único. Só para acertar
1015 essa questão do menor e baixo.

1016

1017

1018A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Trocar menor por baixo
1019 também no parágrafo único do art. 23.

59

60

61

1020O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Depois a gente volta aqui ao § 3º. O parágrafo
1021único do artigo 23. Voltamos ao § 3º do artigo 27.

1022

1023

1024O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (ABEMA/ES) – Presidente, eu sou engenheiro, só uma
1025consulta de português aqui, no § 2º do 27 o órgão ambiental competente poderá
1026estabelecer critérios e informações. Estabelecer informações? É solicitar informações,
1027estabelecer fica estranho.

1028

1029

1030A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Definir critérios.

1031

1032

1033O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Definir critérios. Ok? § 3º.

1034

1035

1036A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Esse parágrafo tem uma
1037modificação com relação, na CONAMA original não existe nenhuma orientação no
1038sentido de manter, porque é o seguinte: essa declaração é seca, ela não vai pôr nenhum
1039dado anexo de laudo de análise. Então ela é uma declaração, ela é um papel ou um
1040formulário eletrônico. Então esse § 3º aí é uma inclusão no sentido de alertar ao
1041empreendedor que ele deve manter no seu arquivo os laudos e estudos que fundamentar
1042a declaração de carga poluidora, porque isso poderia ser de certa forma fiscalizado,
1043numa fiscalização ambiental ao empreendimento o técnico poderia solicitar os laudos e
1044fazer uma comparação se aquela declaração é válida do ponto de vista de conteúdo, de
1045consistência dos dados e tudo mais. Então esse parágrafo vem no sentido de
1046acrescentar isso e toca também na questão da Anotação de Responsabilidade Técnica
1047para dar um pouco mais de segurança a essa declaração, mas isso fica lá no
1048empreendimento.

1049

1050

1051O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Obrigada Dra. ZULEIKA, alguém tem algum
1052comentário em relação à redação do § 3º?

1053

1054

1055A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – É uma inclusão, esse
1056parágrafo não existe na 357 original.

1057

1058

1059O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Alguém é contrário a essa redação? Ok, está
1060aprovado. Vamos então para o artigo 28 agora. Das disposições finais. Os
1061empreendimentos e demais atividades poluidoras que na data da publicação dessa
1062Resolução tiverem licenças ambientais pedidas e não impugnadas, deverão, a critério do
1063órgão ambiental competente, ter prazo de até três anos contados a partir da sua vigência
1064para se adequar à questão de padrões novos ou mais rigorosos previstos nessa
1065Resolução. Alguma observação em relação a esse artigo? Dra. ZULEIKA, caput e depois
1066tem o § 1º.

1067

1068A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Ele é uma repetição, ele altera
1069um pouco o caput do artigo 43 da CONAMA 357, no artigo 43 da 357 está escrito: eles
1070tiveram licença de instalação ou de operação e nós estamos substituindo aí por licença
1071ambiental, ou seja, em qualquer fase do licenciamento ambiental isso é aplicável, que é o

62

63

1072prazo para adequação, se ele está numa fase de projetou, até numa fase de licenciamento
1073prévio, ele já deve considerar isso aí, considerar as novas disposições que essa
1074Resolução traz. Então substituímos por um termo mais genérico, que ficou licença
1075ambiental. Eu acho que essa é a única modificação.

1076

1077

1078O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Ok. § 1º – O empreendedor apresentará ao
1079órgão ambiental competente cronograma das medidas necessárias... Solon, referente ao
1080caput do 28?

1081

1082

1083O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA) – É só porque aqui está um prazo de
1084três anos, como que o Grupo viu esse prazo aí? Que é um prazo que a gente vê aí do
1085ponto de vista um pouco dilatado com relação ao prazo que se dá para a adaptação à
1086Resolução, como que foi analisado isso pelo Grupo de Trabalho.

1087

1088

1089A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Ele é idêntico ao prazo
1090anteriormente colocado na Resolução 357, nós não mudamos, não discutimos uma
1091possível redução desse prazo. Porque sabemos que três anos às vezes é até difícil de
1092conseguir atender.

1093

1094

1095O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – O único comentário é que a
1096cada revisão a gente dá mais 3 anos. Um bom jeito é daqui três anos a gente faz
1097novamente a revisão e damos mais três anos de prazo. (Risos).

1098

1099

1100A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Mas tem uma questão que eu
1101acho relevante, que nessa tabela 1, os compostos orgânicos foram incorporados. Então
1102realmente pode ser que o prazo para adequação seja justificável para esses compostos,
1103concorda?

1104

1105

1106O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Perfeito Dra. ZULEIKA. § 1º – O empreendedor
1107apresentará ao órgão ambiental competente cronograma das medidas necessárias ao
1108cumprimento do dispositivo no caput desse artigo. § 2º – o prazo previsto no caput desse
1109artigo poderá ser prorrogado, desde que tecnicamente motivado.

1110

1111

1112A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Aí na 357 tinha lá uma redação
1113que infelizmente falava de TAC, estava assim: o prazo previsto poderá, excepcionalmente
1114e tecnicamente motivado, ser prorrogado por até dois anos por meio de TAC, o qual se
1115dará publicidade enviando-se cópia ao Ministério Público. E a gente sabe o tanto que
1116isso cria uma dificuldade para a negociação entre o órgão ambiental e o empreendedor,
1117sendo que o que a gente quer é atingir um padrão visando a melhoria da qualidade, das
1118águas e tudo mais. Então a proposição é excluir essa vinculação com o Termo de
1119Ajustamento de Conduta.

1120

1121

1122O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – § 3º – as instalações de tratamento de
1123efluentes existentes deverão ser mantidas em operação com a capacidade, condições de

67

1124funcionamento e demais características para as quais foram aprovadas, até que
1125cumpram as disposições desta Resolução.

1126

1127

1128A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – A única inclusão aí é
1129instalações de tratamento de efluentes, porque antes era só instalações de tratamento, é
1130só para ficar um pouco mais consoante com a minuta.

1131

1132

1133O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Depois tem o art. 29 – no cumprimento do
1134dispositivo na Resolução...

1135

1136

1137A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Presidente, tem uma questão
1138que a Adriana, relatora, identificou que não está aí nessa minuta, eu acho que nós
1139comemos uma mosca, que o artigo 39 da Resolução 357 não foi incorporado aí e ele é
1140importante. Ele diz o seguinte: cabe aos órgãos ambientais competentes, quando
1141necessário, definir os valores de poluentes considerados virtualmente ausentes. Então
1142eu gostaria que fosse discutido. Isso está na 357, mas ele não foi trazido para essa
1143minuta, então eu gostaria que os Conselheiros discutissem a pertinência de mantê-lo,
1144porque deve ter tido um motivo anteriormente na revisão anterior da inclusão dessa
1145questão dos virtualmente ausentes. Eu imagino que ambientes muito sensíveis, em
1146alguns corpos receptores seja necessário até estabelecer isso, ou tendo em vista o
1147avanço tecnológico dos procedimentos de análise, pode ser que o que hoje não se
1148consegue pegar, daqui a pouco seja possível. Não sei se essa foi a ótica, mas ele está ali
1149escrevendo qual é a redação original do artigo 39 da 357, então ele caberia exatamente
1150nesse ponto aí como um outro artigo.

1151

1152

1153O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Eu acho também que seria importante ali no
1154artigo 31 deixar claro... Eu acho que também tem um aspecto no artigo 31, antes de
1155passar a palavra para a Dra. Patrícia, que tem que ficar muito claro o que vai ser
1156revogado, porque em princípio não haveria a revogação desse artigo, se ele não fosse
1157revogado... Ele está aqui na 39? Ok.

1158

1159

1160A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Em princípio não haveria a
1161revogação.

1162

1163A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Bom, a ZULEIKA traz aqui uma conversa até paralela
1164que nós tivemos sobre a apresentação dessa Resolução. Eu acho muito complicado você
1165ter várias Resoluções para um mesmo assunto. Eu lembro quando nós trabalhamos
1166PCPV nós tínhamos 10 Resoluções, ia sair uma 11^a quando nós falamos: espera aí, como
1167que o usuário com ISO... Vai ser uma rede de intriga de Resoluções aí que ninguém vai
1168dar conta desse processo. Então nós conseguimos até convencer o MMA de que
1169aproveitasse o ensejo e juntasse as dez em uma só e foi o que nós conseguimos e fica
1170muito mais fácil. Então é só para dizer isso porque fica assim muito complicado você
1171ficar indo e voltando, se uma metodologia não seria incluir numa só tudo. Eu sei que o
1172problema é que aí todo mundo vai querer rediscutir outras coisas de novo. Bom, mas no
1173fim a gente poderia pensar, talvez no Regimento Interno um procedimento que pudesse...
1174Porque é muito ruim para quem tem que ficar cumprindo norma e tem um sistema de
1175qualidade nesse cumprimento ficar indo e buscando essas questões.

68

69

70

1176

1177

1178**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) –** Eu tenho até, esta minha
1179**amiga aqui sabe muito bem, me posicionado bastante para a separação das coisas. No ar**
1180**funciona bastante bem, qualidade é uma coisa e fonte é outra. No caso do IM tudo era IM,**
1181**era uma bagunça sobre a mesma coisa, e o IM o que é? É um pedaço do conjunto de**
1182**qualidade do ar. Você não tem uma Resolução única que vai incluir o IM, Deus me livre, a**
1183**grande dificuldade que nós tivemos para fazer a 357, que foi muitíssimo mais complicado**
1184**do que o processo que nós estamos passando aqui é porque tinha tudo, era o**
1185**compêndio da água, em termos talvez de consulta seja um pouco mais difícil, mas em**
1186**termos de você agilizar a própria revisão da legislação é muito mais fácil. Eu tenho uma**
1187**posição bastante diferente, eu acho que separado é melhor, qualidade é uma coisa e...**

1188

1189

1190**A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) –** Só para entender: o artigo 30 dessa Resolução será
1191**trazido para cá, portanto vai ficar igual ao 39 da 357. Nós teremos dois artigos com a**
1192**mesma ordem. Tem problema gente.**

1193

1194

1195**A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) –** Eu gostaria de esclarecer. Nós
1196**discutimos isso no GT sim, se faríamos uma inclusão na 357 ou se proporíamos um texto**
1197**à parte. Depois de uma reflexão chegamos à conclusão que nesse caso, como o Dr.**
1198**Alonso falou, é melhor ter uma Resolução de efluentes, o assunto dessa Resolução é**
1199**efluentes. Como que foi a forma de construí-la? Nós trouxemos todos os artigos da 357**
1200**que mencionam efluentes e incorporamos aqui na mesma ordem, os acréscimos foram**
1201**também colocados na ordem em que seria mais conveniente, apropriado. Então em tese**
1202**essa Resolução substitui o artigo 34 da 357 e mais alguns que estão nas disposições**
1203**transitórias. Então a Adriana fez até um excelente trabalho aqui de comparação da**
1204**minuta com a 357, a gente só optou por não entregar porque a minuta não está fechada,**
1205**eu acho que agora nessa revisão final seria oportuno disponibilizar essa tabela**
1206**comparativa onde a gente compara cada artigo da 357 com o artigo novo da minuta,**
1207**dizendo: alterado, modificado, novo, fica interessante para uma visão global. E do ponto**
1208**de vista do usuário, Conselheira Patrícia, eu acho muito mais fácil ele saber que a 357**
1209**agora trata da água, dos padrões de qualidade da água, classificação dos corpos para**
1210**enquadramento e a número xxx vai tratar dos efluentes, sendo que uma complementa a**
1211**outra.**

1212

1213

1214**A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) –** Os artigos que são iguais, mesmo os que repetem, têm
1215**que ser retirados de lá. O artigo 39 será mesmo revogado.**

1216

1217

1218**A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) –** É o art. 31 dessa minuta onde
1219**consta todos os artigos que serão revogados, inclusive eu tenho algumas atualizações**
1220**para fazer, porque tem coisas que... Então esse cuidado nós tomamos e eu**
1221**pessoalmente acho que é muito melhor ter em separado, havia uma certa resistência,**
1222**porque se a gente for incorporar coisas na 357, vai ser uma colcha de retalhos, porque**
1223**nós temos que mexer nela desde as definições e a ordem aqui eu acho que está melhor,**
1224**numeração, eu acho que seria um trabalho desnecessário, além do risco de abrimos a**
1225**discussão de padrões de qualidade e de classificação. Aí eu acho muito arriscado.**

1226

1227

71

72

1228**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Eu queria depois só voltar a palavra ao Dr.**
1229**Solon, entrar nessa discussão do novo artigo aí que é o velho artigo.**

1230

1231

1232**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA) – Essa é uma preocupação quando a**
1233**gente olha quantitativamente a 357, rapidamente a gente vê que se os 50 artigos, aqui**
1234**nós estamos com 30, se alguma coisa ficou pelo caminho vem esse pensamento. Então é**
1235**isso que temos que ter atenção, esse é um fato que agora está se esclarecendo. O**
1236**segundo ponto, eu acho que uma coisa que nós temos, já tem pontos aí, artigos dessa**
1237**Resolução que evolui para uma gestão melhor, em termos da água, é muito importante aí**
1238**esses instrumentos de gestão, eu venho pensando muito nessa questão... Essa**
1239**Resolução tem que ser revisada em cinco anos. A nossa proposta seria incluir uma**
1240**avaliação da efetividade dessa Resolução, eu acho que seria importante, eu quero**
1241**consultar aqui os companheiros de Câmara Técnica se a gente estipulasse um artigo**
1242**para uma avaliação da Resolução em cinco anos, que até subsidiaria alguma coisa no**
1243**sentido do trabalho que foi feito. Eu acho que isso, a maioria das Resoluções deveriam**
1244**constar um prazo para avaliação, como foi feito recentemente a questão do fósforo, a**
1245**questão do fósforo, foi feito um trabalho muito interessante e muito importante e seria**
1246**interessante ver o que está se fazendo para não cair só numa coisa automática e ficar**
1247**para a história, de repente aparecer: tem que revisar, mas revisar por quê? Com que**
1248**base? Como está acontecendo com várias Resoluções do CONAMA. Então a nossa**
1249**proposta seria no sentido de uma avaliação da efetividade da Resolução dentro de cinco**
1250**anos.**

1251

1252

1253**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Estou tentando levar essa reunião até as**
1254**13h00min, então nós teremos um prêmio se nós também tivermos uma boa eficiência no**
1255**trabalho. Então eu vou tentar ser um pouco mais rígido aqui nas intervenções, embora**
1256**seja quase impossível, mas com esse objetivo de a gente encerrar até as 13h00min a**
1257**reunião. Eu queria só pegar aqui a questão do artigo 39, se alguém é contrário que a**
1258**gente cite esse artigo na Resolução e depois eu pego essa questão de novo, esse artigo**
1259**que você está propondo, é isso? Só para a gente liquidar, vamos dizer assim, esses**
1260**aspectos, é que nós temos as definições, temos alguns pontos que estão pendentes...**

1261

1262

1263**O SR. RÉGIS NIETO (CETESB) – Virtualmente ausentes, ZULEIKA, já faz parte do rol de**
1264**definições da CONAMA 357, ela diz aqui que não é perceptível pela visão, olfato e**
1265**paladar. Então eu acho que a gente poderia talvez não deixar a critério do órgão**
1266**ambiental e sim colocar essa definição junto com as outras, acrescentar essa definição,**
1267**trazendo a 357 para cá. Número 37, virtualmente ausentes da CONAMA 357, diz aqui: não**
1268**é perceptível pela visão, olfato ou paladar. Não obrigatoriamente, trazer a definição. E**
1269**complementar se for necessário.**

1270

1271

1272**A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – 37, virtualmente ausentes, que**
1273**não é perceptível pela visão, olfato ou paladar. Só que essa definição deve ser aplicável**
1274**também à questão de qualidade da água, tem que manter nas duas. Tem porque, por**
1275**exemplo, materiais flutuantes, grosseiros e flutuantes para esgoto sanitário está lá em**
1276**virtualmente ausentes. Você tem razão, tem que trazer a definição.**

1277

1278

1279**O SR. HIROSHI (CETESB) – Só complementando, o art. 3º dessa nossa minuta fala que**
1280**para efeito dessa Resolução adotar-se-á as seguintes definições em complementações**
1281**àquelas contidas na Resolução 357. Então não precisa repetir.**

1282

1283

1284**A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – É verdade, o Hiroshi está**
1285**lembrando bem, é em complementação. Então aquelas lá permanecem válidas. Eu acho**
1286**que a discussão aqui é a seguinte: é necessário deixar essa prerrogativa para a definição**
1287**de valores de poluentes virtualmente ausentes? Isso não faz sentido, porque isso tem a**
1288**ver com efluentes, porque fala em poluentes. Eu acho que é preferível manter, é um**
1289**detalhe que... Apesar de que outros artigos anteriores já até falam que o órgão ambiental**
1290**teria essa... Foi a Adriana que fez esse pente fino e achou essa não conformidade.**

1291

1292

1293**O SR. RÉGIS NIETO (CETESB) – A minha opinião é que eu acho melhor já deixar com a**
1294**definição, como a própria ZULEIKA falou, existem outros artigos que fica a critério do**
1295**órgão ambiental estabelecer alguma coisa que não está clara. Eu acho que a definição**
1296**melhora a situação e seria desnecessário ter esse novo artigo.**

1297

1298

1299**A SRª. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Ter definição sem ter o artigo não tem sentido, porque**
1300**a Resolução não é um glossário, então as definições existem para esclarecer algum**
1301**conteúdo de artigo. Não tem para outra finalidade a não ser essa. Então é preciso ter a**
1302**definição sim desde que tenha o artigo. Porque senão criar a definição vai servir para o**
1303**quê? Se ela não é nem mencionada.**

1304

1305

1306**O SR. RÉGIS NIETO (CETESB) – Na verdade, Patrícia, nos artigos, num deles fala que nós**
1307**temos condições e padrões, uma das condições seria virtualmente ausente.**

1308

1309

1310**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Vamos encaminhar. A idéia é trazer a**
1311**definição? Então vamos colocar a definição do virtualmente ausentes, copia da 357 para**
1312**lá e mantemos esse artigo ou retiramos? É isso que eu queria... Artigo 16, § 1º, inciso III.**
1313**Seção dois.**

1314

1315

1316**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – Os materiais sedimentáveis**
1317**deverão estar virtualmente ausentes, ele só fala material sedimentável no art. 3º, sendo**
1318**que o material flutuante é contemplado no 6º que é a ausência de materiais flutuantes,**
1319**não parece que basta isso? Porque vamos falar a verdade, alguém vai ficar metendo o**
1320**dedo lá dentro e vendo se tem cheiro ou gosto, não, mas não é isso que está escrito?**
1321**Vamos falar a verdade, é isso que está escrito, não pode ter cheiro e não pode ter gosto.**
1322**Alguém vai chegar num efluente meter o dedo lá? Eu acho que como está contemplada a**
1323**parte do material sedimentável e do material flutuante no inciso III e V, eu acho que é até**
1324**desnecessária essa adição.**

1325

1326

1327**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – De qualquer jeito o órgão ambiental vai ter que**
1328**definir.**

1329

1330

1331A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu acho que não precisa
1332realmente manter.

1333

1334

1335O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Então revoga-se o 39.

1336

1337

1338A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Mas ficou definido que a
1339definição de virtualmente ausente virá para cá?

1340

1341

1342O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Sim. Artigo 30, eu acho que não tem problema,
1343essa Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Eu não sei se a gente faz
1344agora, Dra. ZULEIKA, a apresentação do que é revogado, você acha melhor agora ou a
1345gente vai direto para os... Vamos eu acho que primeiro privilegiar a discussão das
1346definições e aí depois a gente vem aqui e encerra com o que tiver que ser revogado.

1347

1348

1349A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Presidente, por uma questão
1350de ordem, a (...) me solicitou colocar uma questão relativa a um ponto que foi definido
1351ontem. O artigo 21. Então eu gostaria de priorizar essa discussão, o assunto é aquela
1352questão dos sistemas que recebem o lixiviado de aterro sanitário, na verdade é o artigo
135320, presidente, não é o 21 não. É o 21, está certo, é o 21 mesmo. Ontem houve aquela
1354discussão sobre aquela questão dos sistemas de tratamento de esgotos sanitários que
1355recebem lixiviados e aí tentando contemplar todas as opiniões nós incluímos o § 3º, que
1356fala que no caso de sistemas de tratamento de esgotos sanitários que recebam lixiviados
1357de aterros sanitários o órgão ambiental competente deverá indicar quais os parâmetros
1358da tabela 1 dessa Resolução deverão ser atendidos e monitorados com o objetivo de
1359subsidiar a decisão quanto à necessidade de tratamento complementar. E aí esse artigo,
1360esse parágrafo veio logo depois do parágrafo que trata da excepcionalidade de que o
1361órgão ambiental poderá estabelecer condições e padrões da seção dois para aplicação
1362aos sistemas de tratamento de esgotos sanitários e aí há aquela ressalva do parâmetro
1363nitrogênio e amoniacal total. O setor saneamento entende que essa ressalva deve
1364constar também para os sistemas que tratam lixiviados pelas questões que já foram
1365colocadas, mas de ontem para hoje houve aí uma discussão entre eles e a solicitação é
1366de que a gente exclua o § 3º. Exatamente, é o § 2º e o § 3º. Então houve uma solicitação
1367de consolidar o § 3º no § 2º, porque os dois tratam da mesma questão, ou seja, no caso
1368há uma necessidade de se deixar uma prerrogativa de complementar o monitoramento
1369das estações de tratamento de esgotos com parâmetros da tabela 1 da seção dois e aí a
1370sugestão é mudar um pouquinho a redação do § 2º colocando aí: a critério do órgão
1371ambiental as condições e padrões de lançamentos relacionados na seção dois poderão
1372ser aplicáveis aos sistemas de tratamento de esgotos sanitários, inclusive aqueles que
1373recebem lixiviados de aterros sanitários, em função das características locais não sendo
1374exigido o padrão nitrogênio amoniacal total. Iria consolidar as duas coisas num só.

1375

1376

1377O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – Eu li e achei muito confuso,
1378eu prefiro que a gente até simplifique o terceiro, incluindo o caso, repetindo “até não
1379sendo exigido o padrão nitrogênio amoniacal total”, mas eu acho que fica mais didático,
1380está muito confuso, uma bagunça.

1381

1382

80

81

1383**A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – O setor está com um certo**
1384**receio do final do § 3º, que fala: com o objetivo de subsidiar a decisão quanto à**
1385**necessidade de tratamento complementar, com a alegação de que o Ministério Público**
1386**poderia fazer uma interpretação muito rigorosa com essa redação aí. Então, se fosse o**
1387**caso então a gente suprimiria esse trecho do § 3º, tirando “com o objetivo de subsidiar a**
1388**decisão quanto à necessidade de tratamento complementar” e incluiríamos: não sendo**
1389**exigível o padrão de nitrogênio amoniacal total. Se o entendimento dos Conselheiros for**
1390**manter o § 3º, porque há um receio de que, primeiro, de que seja entendido que no caso**
1391**recebendo o lixiviado o padrão nitrogênio amoniacal venha ser exigido; segundo, que o**
1392**fato de colocarmos que esse monitoramento iria subsidiar a decisão quanto à**
1393**necessidade de tratamento complementar pudesse ser interpretado que sempre haverá**
1394**essa necessidade e aí o Ministério Público poderia acionar aí as concessionárias a**
1395**expandir o tratamento, quer dizer, houve uma certa insegurança do setor saneamento**
1396**com relação a essa redação.**

1397

1398

1399**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – Eu só queria fazer um**
1400**comentário, com o objetivo de subsidiar a decisão quanto à necessidade de tratamento**
1401**complementar, ora, qualquer monitoramento que eu faço é para isso, quer tirar, até tira,**
1402**mas que é para isso que a gente faz e que está cheio de lei que subsidia fazer isso. Quer**
1403**tirar, tira, porque isso daí a gente faz mesmo. Agora, não sendo exigido padrão de**
1404**amoniacal tudo bem, quer tirar, tira, mas é para isso, senão a gente faz só para ter uma**
1405**tabela bonita, para ir no quadro, numa parede talvez, não sei, o objetivo é esse.**

1406

1407

1408**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Eu só quero entender uma coisa, por que**
1409**modificou o § 2º?**

1410

1411

1412**A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – É uma ou outra alternativa, a**
1413**primeira alternativa seria modificar o § 2º.**

1414

1415

1416**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Vamos tentar acertar no 3º. Senão nós vamos**
1417**abrir de novo essa discussão. E aí vamos tentar acertar no § 3º, só o seguinte comentário**
1418**que quero fazer: a gente tentou fazer uma, nós estávamos para rejeitar essa questão de**
1419**lixiviados, e foi até a Dra. Cristina que trouxe essa preocupação e a Dra. ZULEIKA tentou**
1420**fazer... Eu aqui que o órgão ambiental vai fazer a avaliação, se tiver que exigir algum**
1421**parâmetro ele vai exigir, então eu não acho necessário ficar citando aí essa questão do**
1422**nitrogênio amoniacal, é uma exceção já, eu vou ser sincero.**

1423

1424

1425**A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Há uma preocupação da AESB**
1426**que foi colocada para mim agora no início da reunião, que eu estou colocando em**
1427**discussão, cumprindo o meu papel de coordenadora.**

1428

1429

1430**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Então continuaria com a questão do**
1431**tratamento complementar, e aí adicionaria não sendo exigível o padrão de nitrogênio**
1432**amoniacal total, é isso? Deixa eu só montar uma proposta aqui. Continua com o objetivo.**

1433

1434

83

84

1435A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – A proposta da AESB é essa aí
1436que ele acabou de mexer. Essa é a proposta da AESB.

1437

1438

1439O SR. ERIC FISHER (Ministério da Saúde) – Só fazer uma reflexão com relação à
1440preocupação do setor saúde porque o nitrogênio é um nutriente e vai favorecer a
1441floração de algas. Então não sei se a gente colocando isso aí, em situação com
1442cianobactérias, com essas questões todas nós temos outros pontos, aqui está proibindo
1443utilizar o padrão que está na tabela 1, mas vai poder utilizar um padrão diferenciado
1444daquele, quer dizer, vai ter que ter um padrão de nitrogênio amoniacal nessas situações
1445que pode não ser o exigido na tabela 1, mas não sei se nesse texto como está aqui vai
1446incluir, vai ser interpretação, não vai ter padrão de nitrogênio nenhum, mesmo nessa
1447situação de floração.

1448

1449

1450O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Eu queria que vocês comentassem a proposta
1451da AESB, nessa linha se vamos aceitar ou não vamos aceitar.

1452

1453

1454O SR. RÉGIS NIETO (CETESB) – Eu diria o seguinte: nós já estamos permitindo que
1455esgoto doméstico não seja obrigatório atender ao padrão de emissão de nitrogênio
1456amoniacal, então eu acho que mesmo com o acréscimo de lixiviados essa concentração
1457não vai aumentar muito, já que nós já estamos permitindo, eu acho que deveríamos
1458também continuar permitindo que isso não seja atendido no padrão de emissão, mas nós
1459não tiramos fora, nós nunca em lugar nenhum dissemos que o padrão de qualidade tem
1460que ser atendido, tem que ser atendido e lá tem uma concentração muito baixa de
1461nitrogênio amoniacal para evitar a (...)... Então já está no padrão de qualidade, não
1462precisa atender o padrão 20, mas talvez, para alguns casos, não é 20 que vai ter que ser
1463atendido, 9, 10, 3, 2, 1, e em casos específicos até o padrão de qualidade tem que sair na
1464emissão para não ser uma emissão muito baixa. Então eu acho que nós deveríamos
1465manter, eu concordo com a proposta da AESB, alguma coisa semelhante a isso, não
1466atender os 20, mas se o padrão de qualidade necessitar, atender muito menos..

1467

1468

1469O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Dra. ZULEIKA, a senhora tem acordo com essa
1470proposta? Alguém é contrário a essa proposta? Então aprovada a proposta da AESB. Só
1471tem uma questão aqui que o Dr. Solon apresentou e eu acabei não pautando, é a questão
1472da revisão, é a proposta de avaliação da Resolução.

1473

1474

1475O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA) – Presidente, revisão é muito
1476perigoso, revisão eu não sou favorável não, eu acho que se houver revisão tem que ser
1477com dados, e a melhor maneira de ter dados da efetividade é prever nos dispositivos
1478finais uma avaliação periódica da Resolução, qualquer Resolução que seja, eu acho que
1479isso aí é um importante instrumento de gestão para que subsidie até futuras revisões,
1480porque o que se tem feito hoje é marcada uma revisão das Resoluções do CONAMA,
1481algumas delas, como foi o caso da 344. Então a nossa proposta é submeter aqui à
1482Câmara Técnica no sentido de avaliar essa questão para ver a efetividade da Resolução,
1483para ter subsídios futuros, se for o caso de uma revisão.

1484

1485

1486 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu só vou fazer um comentário aqui, porque
1487 eu entendo, eu sou absolutamente contrário a essa questão de avaliação de Resolução,
1488 até porque um Conselho do Meio Ambiente deveria estar fazendo avaliação de políticas e
1489 a gente acaba reduzindo a discussão, que é uma discussão muito mais complexa a
1490 avaliação de Resoluções. Nós temos problemas de implementação das Resoluções que
1491 não são frutos da Resolução, são frutos da política e de como nós organizamos toda
1492 essa cadeia, então em nenhum momento eu sou contrário a fazer uma avaliação da
1493 Resolução, eu só acho que ela pode ser pedida em qualquer Plenária, mas prevê uma
1494 avaliação de Resolução é reduzir a discussão. Eu só vou deixar isso porque eu acho que
1495 o que nós temos que trazer para esse Conselho, principalmente pensando como
1496 Conselho Nacional de Meio Ambiente e não como Câmara Técnica, uma discussão mais
1497 de avaliação das nossas políticas.

1498

1499

1500 **A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM)** – Eu concordo com o senhor,
1501 Presidente, e gostaria até de me manifestar que em Minas Gerais também nós não temos
1502 incluído artigos em deliberações que vinculam a avaliação daquilo que está sendo
1503 proposto, porque nunca esses prazos são cumpridos, as dificuldades são imensas. Eu
1504 não discordo da sua idéia, eu acho que isso é extremamente necessário, mas não como
1505 um artigo e sim como uma recomendação, porque se incluíssemos como artigo teríamos
1506 que dizer: quem vai fazer essa avaliação e com base em que, e aí fica bastante difícil.

1507

1508

1509 **O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Bom, justamente, essa também é a
1510 minha dúvida, quem vai fazer, por isso eu estou colocando a proposta para discussão.
1511 Em segundo lugar não é o CONAMA, não é o Plenário do CONAMA que vai avaliar, é o
1512 órgão ambiental competente, cada um pode fazer. É só se pode-se, de repente, a
1513 recomendação nesse sentido, de uma maneira geral, de repente formular que se faça de
1514 outras, pode extrapolar isso para outras Resoluções, no caso da Plenária do CONAMA,
1515 mas eu acho importante botar esse instrumento de gestão nessa avaliação, senão nós
1516 corremos o risco de revisar Resoluções que até estejam dando certo. Obrigado.

1517

1518

1519 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu concordo com o Volney,
1520 esse negócio de ficar estabelecendo prazos de revisão é ruim porque alguns não se
1521 fazem, outros ao se fazerem se fazem desnecessariamente. Da fala do Volney o que eu
1522 acho que mais me chama a atenção e eu tenho repetido bastante, a Plenária do CONAMA
1523 está aí para discutir as políticas ambientais do País e as consequências políticas das
1524 normas que aprova. Ficar fazendo sistemas de avaliação eu acho que eles são
1525 absolutamente inócuos, eles não funcionam para nada, no caso do fósforo funcionou
1526 porque é um caso extremamente específico que você especificamente mediu um
1527 parâmetro único, é uma situação muito especial que em situações similares pode
1528 acontecer igual.

1529

1530

1531 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – E levamos dois anos para conseguir fazer com
1532 que o Grupo avançasse.

1533

1534

1535 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Então é muito difícil, o
1536 CONAMA não é um órgão executivo, o CONAMA é um órgão... Mas se não é o CONAMA
1537 não adianta a gente dizer quem faz, eu acho que a reflexão de cada órgão ambiental

1538sobre a sua própria política deve ser uma constante, nós fazemos isso, agora não adianta
1539colocar como recomendação, eu acho que é inócuo, eu particularmente sou contra
1540determinar prazo de revisão de qualquer Resolução. Eu acho que é absolutamente
1541desnecessário.

1542

1543

1544O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Se tem uma proposta...

1545

1546

1547O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA) – Presidente, eu só estou propondo
1548uma idéia nova para a Câmara Técnica, eu estou vendo que não tem uma boa aceitação,
1549agora com certeza vamos elaborar um texto e levar para a Plenária. Obrigado.

1550

1551

1552O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – Volney, eu não sei
1553exatamente qual era o nome, eu acho que até subsidia aí uma reflexão ao ver o que vai se
1554levar à Plenária, nós tivemos há um certo tempo atrás um Grupo, talvez a Patrícia
1555também ajude, que chamava “indicadores do cumprimento da norma”, que não deu em
1556nada, nem a avaliação da avaliação deu em nada. Mas somos ruins.

1557

1558

1559O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Eu acho que essa é uma discussão
1560interessante até porque nós não somos contrários à avaliação das Resoluções, só que
1561ela tem que ser feita dentro da avaliação da política, o que eu mais vejo, até mesmo
1562dentro do próprio Governo, pedido de revisão da Resolução, onde o problema não é a
1563Resolução, é que condições nós temos para implementar essa Resolução. Então essa é
1564uma discussão que levar para uma avaliação da Resolução é reduzir o problema, leia-se
1565a questão da avaliação da 369, que é outra questão impossível de se conseguir fazer uma
1566avaliação da 369, como que se faz uma avaliação da 369, o que é isso? Então eu queria
1567só registrar porque eu acho que é importante essa preocupação, só que transformar essa
1568preocupação em algo que seja operacional e que dê retorno tem uma grande distância e
1569eu acho que nós vamos ter que talvez fazer uma discussão sobre isso aí. Gente, vamos
1570partir agora para tentar encerrar, nós temos ainda algumas questões que estão
1571pendentes das definições e depois da própria estrutura ainda da Resolução. § 4º, do
1572artigo 6º, eu pedi para a Dra. ZULEIKA ver as anotações. É que eu queria pegar agora, dá
1573uma passada geral na Resolução, eu pedi para a Dra. ZULEIKA fazer essa revisão, ela
1574saiu agora. Nós temos aquelas definições que é a capacidade de suporte e o problema da
1575gestão de efluentes, o que é gestão de efluentes. Depois nós temos aqui, considerando
1576depois, essa é aquela questão filosófica. Dra. ZULEIKA, nós vamos lá para o § 4º, eu pedi
1577para que a Dra. desse uma olhada na Resolução sobre algumas pendências, vamos
1578privilegiar só alguns artigos, que tem um artigo que eu acho que é o artigo 4º, ficou ali
1579uma questão sobre no artigo 4º não, artigo 6º no § 4º, tinha aquela discussão do
1580empreendedor ter ciência das condições. Isso nós não deliberamos, não é?

1581

1582

1583A SRª. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Olhar bem as redações que estão colocadas aí, Volney,
1584a discussão é: o disposto nos parágrafos anteriores ou o disposto no § 1º, me parece
1585que é o disposto nos parágrafos anteriores, porque não diz respeito só à exigência no
1586processo de licenciamento, mas tem a questão sobre a pena de nulidade da licença
1587expedida. Então...

1588

1589

92

93

1590A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – O § 1º diz em relação à
1591apresentação do estudo de capacidade de suporte e na verdade o cerne dessa questão é
1592o seguinte: que esse estudo de capacidade de suporte vai ser exigível no licenciamento
1593para aqueles empreendimentos, só vamos resgatar um pouquinho agora... Com o
1594objetivo de estabelecer a carga máxima poluidora e esse artigo 4º foi colocado como uma
1595ressalva de que pode ser que algum poluente não tenha sido identificado no momento do
1596licenciamento para resguardar o empreendedor de que ele, se ele não sabia dessa
1597existência desse poluente, ele não teria como fazer o estudo de capacidade de suporte
1598no licenciamento do empreendimento. Então, eu até concordo que essa ressalva aplica-
1599se a todos os dispositivos desse artigo e não apenas ao § 1º.

1600

1601

1602A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Só tem um problema que o Solon coloca, que ele tem
1603razão, não dispunha de condições de saber, o português está muito feio.

1604

1605

1606O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA) – Vamos propor aqui: que se
1607comprove o desconhecimento da existência de substância nos efluentes gerados nos
1608empreendimentos ou atividades. Então dar invertida aí nessa segunda parte da frase para
1609que melhore a redação. Para se definir a primeira parte da frase, porque são iguais, no
1610outro acrescenta uma ou mais substâncias. Eu acho que pode ficar também. Mas o
1611português está muito ruim aqui, eu acho que tem que deixar mais claro que se comprove
1612o desconhecimento da existência de substâncias, de uma ou mais substâncias nos
1613efluentes gerados. Se tem o fato do desconhecimento, que foi comunicado ao órgão
1614ambiental, foi descoberto que não está no licenciamento. Bom, definir por parágrafos
1615anteriores? Não se aplica aos casos em que se comprove o desconhecimento da
1616existência de uma ou mais substâncias... Desconhecimento pelo empreendedor.

1617

1618

1619A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – O empreendedor comprove,
1620tira o “se” e coloca “o empreendedor”. “Nos casos em que o empreendedor comprove o
1621desconhecimento”...

1622

1623

1624O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA) – “O desconhecimento de uma ou
1625mais substâncias nos efluentes gerados dos empreendimentos ou atividades
1626licenciadas”.

1627

1628

1629A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu acho que pode tirar o
1630“licenciadas”, que realmente pode ser em qualquer situação, dos empreendimentos
1631gerados pela atividade ou empreendimento.

1632

1633

1634O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) – Eu ainda queria discutir, não
1635sei se está definido a que se aplica ao parágrafos anterior ou não, eu acho que só se
1636aplicaria ao parágrafo anterior, não a todos. Então eu acho que a proposta da Câmara
1637Técnica coloca isso no âmbito de todo o artigo, mas eu acho que o propósito do art. 4º é
1638aplicar-se ao terceiro 3º, à nulidade da licença e não a todo o artigo.

1639

1640

1641A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Mas aplica-se ao 4º também.

95

96

97

1642

1643

1644**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) – O 4º é o próprio, se aplica ao**
1645**3º, à nulidade da licença. Não pode ser revista se ele comprovar que não tinha condições**
1646**de saber.**

1647

1648

1649**A SRª. PATRÍCIA BOZON (CNT) – O órgão ambiental não pode solicitar nada que ele não**
1650**saiba. É o § 3º, o disposto ao parágrafo anterior.**

1651

1652

1653**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Então clareada essa questão? Resolvido?**

1654

1655

1656**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) – Só fazer uma observação ao**
1657**setor empresarial, eu acho inócuo juridicamente você colocar isso que está aí, porque se**
1658**eu não colocar com base nas melhores técnicas disponíveis, você nunca vai comprovar:**
1659**você tinha condição sim de fazer, você contrata um técnico russo, o cientista russo que**
1660**desenvolveu isso lá que está dizendo... Ele vai ter que citar o estudo que existia. O**
1661**cientista russo de não sei onde disse que tem. Então existe condições de saber. Então é**
1662**com base nas melhores técnicas disponíveis no mercado, mas enfim, eu acho que são**
1663**condições excepcionais. Eu estou dizendo só que tudo bem, só uma consideração.**

1664

1665

1666**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Ok? Me diz: têm algumas coisas que eu queria**
1667**perguntar aqui: ali no art. 6º, no caput, qual é o artigo ali? Está como artigo 15.**

1668

1669

1670**A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – É o artigo 16, no § 1º cita o**
1671**estudo de capacidade suporte e a definição de capacidade suporte está pendente.**

1672

1673

1674**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Tem mais uma questão que eu queria ver,**
1675**naquele artigo 20 tem lá uma coisa que eu estava olhando em letra pequena, o § 4º, que**
1676**eu não reconheci aquilo. No artigo 20. Está ali na tela. Ali, § 4º, para determinação e**
1677**eficiência de emissão de carga poluidora em termos de DBO para sistemas...**

1678

1679

1680**A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Isso foi lido ontem e eu**
1681**entendi que estava aprovado. Foi lido. Eu li, com certeza eu li, eu li na hora que eu li o**
1682**artigo inteiro e depois o senhor abriu as discussões e ninguém levantou nada, então eu**
1683**entendi que estava aprovado.**

1684

1685

1686**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Todos estão cientes disso aí? Porque não está**
1687**no texto aqui. Na versão que foi distribuída aqui, impressa, não estava e é por isso que**
1688**eu estou chamando a atenção.**

1689

1690

1691**A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Vamos discutir porque ela**
1692**consta da versão original sim do GT.**

1693

98

99

100

1694

1695 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Não está no site porque essa aqui foi o
1696 Adriano imprimiu para mim e não tem. Então gente, só para registrar, a minha
1697 preocupação é não deixar passar sem avaliação. Então, Dra. ZULEIKA, por favor.

1698

1699

1700 **A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM)** – Era § 3º da minuta do site, o §
1701 3º do art. 20, eu me lembro que eu fiz sim a leitura e a explicação disso ontem. Ele foi
1702 modificado porque no caso das lagoas de estabilização se não nós tirarmos uma amostra
1703 de efluente e não filtrá-la, o resultado da DBO é massacrado pela quantidade de
1704 microorganismos que existem ali, digamos assim, algas. Então é por isso que foi
1705 colocada essa ressalva, eu me lembro até que nas discussões do GT eu cheguei a
1706 consultar o professor Marcos da UFMG e ele referendou essa nossa idéia.

1707

1708

1709 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Alguma observação? Dra. ZULEIKA, eu acho
1710 que não tem mais nenhuma pendência. Tem?

1711

1712

1713 **A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM)** – Tem. Do ponto de vista de
1714 redação de artigo? Eu tenho, senhor Presidente, algumas questões, tem uma questão
1715 muito interessante no art. 4º, que eu recebi uma solicitação de uma grande indústria do
1716 Estado de Minas Gerais, é muito simples, mas eu gostaria de colocar para os senhores
1717 Conselheiros. Obviamente eu não vou citar o nome da empresa, mas a redação que está
1718 aí nessa minuta é a redação identifica à 357 e houve uma decisão do Ministério Público
1719 Estadual de Minas Gerais com relação a essa empresa de interpretar que as metas
1720 obrigatórias, interpretar o § 2º que está aí no artigo 4º de que não havendo metas
1721 obrigatórias os padrões de qualidade a serem obedecidos são os que constam na classe
1722 a qual o corpo receptor estiver enquadrado. E aí como havia um problema no efluente
1723 dessa empresa o Ministério Público exigiu, com base nessa redação, que ele deveria
1724 atender o padrão de qualidade do corpo receptor na emissão do efluente. Então essa
1725 empresa pediu que eu trouxesse aqui uma proposta que modifica pouco, só esclarece
1726 melhor o que está escrito aí no artigo 4º, que ficaria, no primeiro parágrafo assim: as
1727 metas obrigatórias para corpos receptores, para deixar bem claro que são metas de
1728 qualidade e não metas obrigatórias para a melhoria da qualidade do efluente e não foi
1729 suficiente porque a empresa tem até um bom quadro técnico nessa área ambiental e
1730 jurídica e não conseguiu convencer o promotor. E no § 2º a sugestão é que acrescente-se
1731 assim: para parâmetros não incluídos na metas obrigatórias, na ausência de metas
1732 intermediárias progressivas os padrões de qualidade a serem obedecidos no corpo
1733 receptor são os que constam na classe na qual o mesmo estiver enquadrado. Não altera
1734 o sentido, só esclarece um pouco mais, se a gente teve um caso de uma interpretação
1735 incorreta eu acho que convém esclarecer um pouco mais, apesar de para nós parecer
1736 uma redundância.

1737

1738

1739 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Alguém discordada? Dra. ZULEIKA, podemos
1740 avançar?

1741

1742

1743 **A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM)** – Podemos. Tem uma questão
1744 agora do artigo 17.

1745

101

102

103

1746

1747**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Ficou claro ali no § 2º? Está aprovado. O § 1º**
1748**foi aprovado, a nova redação e ali no § 2º deixa que tem um erro ali. (Leitura)**

1749

1750

1751**A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – É só uma maior clareza na**
1752**redação, eu achei pertinente e eu fiquei muito espantada com o caso que me contaram,**
1753**então eu resolvi trazer.**

1754

1755

1756**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Dando para diminuir papel a gente... O que**
1757**mais?**

1758

1759

1760**A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu fiz uma anotação aqui no**
1761**artigo 17. Isso é uma questão de redação, de harmonização da redação, nós já**
1762**aprovamos essa questão do testes de eco-toxicidade e há uma recomendação do**
1763**subgrupo que discutiu eco-toxicidade de trocar a palavra teste por ensaio, porque nas**
1764**normas da ABNT que tratam desse assunto a palavra que aparece é ensaio. Então eu fiz**
1765**uma revisão aqui, a palavra teste aparece na definição 14, que define teste de eco-**
1766**toxicidade, no artigo 17 no § 1º e § 4º e no artigo 22 § 1º. Então era só passar um pente**
1767**fino e trocar todas as palavras testes por ensaios para a gente ficar mais adequados às**
1768**normas da ABNT.**

1769

1770**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Há comentários? Ninguém é contrário?**

1771

1772

1773**A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – E aí trocando teste por ensaio**
1774**tem que entrar na ordem alfabética lá na lista de definições, ele passa a ser o inciso VII,**
1775**mas isso aí é só um acerto depois de ordem alfabética.**

1776

1777

1778**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Depois eu vou pedir para a Dra. ZULEIKA dar**
1779**uma revisada na versão que vai ser elaborada pela Assessoria.**

1780

1781

1782**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA) – Eu entendo que ensaio é alguma**
1783**coisa com determinadas condições ambiental, um negócio mais apurado e teste é aceita**
1784**ou rejeita, talvez essa seja a condição de colocar na NBR.**

1785

1786

1787**A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Dentro desse assunto**
1788**também, presidente, existe uma solicitação para trocar a definição de concentração letal**
1789**mediana, que é o inciso IV do artigo 3º.**

1790

1791

1792**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Antes de ir para definições, tem mais alguma**
1793**coisa? Porque nós temos depois o artigo 31 que nós temos que dar uma olhada, o que é**
1794**revogado, o que fica. Capacidade de suporte, tem a questão de gestão de efluentes.**

1795

1796

104

105

106

1797A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Desculpe, mas a Adriana
1798achou mais uma não conformidade na tabela 1. Na tabela 10 da 357 existe descrito o
1799parâmetro de cloreto, e nós não repetimos ele aqui na tabela 1. Eu acho que, Regis,
1800isso não foi objeto de modificação não, não é?

1801

1802

1803O SR. RÉGIS NIETO (CETESB) – Então nós esquecemos mesmo isso, deve estar
1804contemplado o parâmetro, ele foi mudado para a 397, se a gente pegar a Resolução 357
1805está no site do CONAMA, ela já colocou todas as modificações da 397. Então o de
1806cloreto com a modificação da 397 diz o seguinte: entrou a somatória de 1 1, mais 1 2
1807cis mais 1 2 trans, especificando melhor a análise, mantendo o valor de mg/L. Então eu
1808acho que isso deve estar dessa forma sendo colocado.

1809

1810

1811A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Então foi mesmo uma falha ao
1812transcrever os parâmetros da 357 para essa tabela. Então eu acho que cabe à gente
1813incluir, fazer essa correção aqui agora porque ele permanece válido. Então adiciona uma
1814linha nos parâmetros orgânicos da tabela 1. Está entendido?

1815

1816

1817O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Está entendido, porque na verdade não foi
1818revogado nenhum parâmetro da 397. Então, mais alguma complementação?

1819

1820

1821A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Não, agora só com relação às
1822definições.

1823

1824

1825O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – E depois nós voltamos para o artigo 31.
1826Vamos então para as definições?

1827

1828

1829A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Antes de entrar nas mais
1830polêmicas, eu gostaria de fazer essa pequena correção na definição de concentração
1831letal mediana, que é o inciso IV. O subgrupo eco-toxicidade fez um comentário até na
1832última reunião, hoje está assim: também chamada de concentração efetiva mediana. A
1833nossa proposta é tirar “também chamada” e trocar por sinônima, porque existe... Deixa
1834eu abrir aqui a justificativa, é uma justificativa técnica, é porque a CL 50 e a CE 50 não
1835são idênticas, mas elas são semelhantes. Então colocar o indicador 50 na mesma linha
1836da CL e da CE, isto fica melhor... Está errado, é só por isso, porque elas não são
1837idênticas, elas são semelhantes, então sinônima, no entendimento do Grupo, fica mais
1838adequado do que “também chamada de”. Eu acho que o Regis pode explicar melhor.

1839

1840

1841O SR. RÉGIS NIETO (CETESB) – São efeitos agudos, uma cuida da questão da letalidade
1842e a outra cuida da questão da imobilidade.

1843

1844

1845A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Mas para efeitos dessa
1846Resolução elas são complementares para os ensaios de toxicidade.

1847

1848

107

108

109

1849**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) – Não seria considerada**
1850**equivalente então para efeitos dessa Resolução, alguma coisa nesse sentido? Porque**
1851**dizer que é a mesma coisa, não é a mesma coisa. Para efeitos dessa Resolução são**
1852**considerados equivalentes, talvez alguma coisa nesse sentido.**

1853

1854

1855**A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Ou faz duas, porque na**
1856**verdade teríamos que ter duas definições, sendo que para a efetiva mediana é a**
1857**concentração do efluente que causa efeito agudo, “mobilidade” ou outros, conforme foi**
1858**explicado aí a 50% dos organismos.**

1859

1860

1861**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Vamos dividir em duas, eu acho que fica mais**
1862**claro, que não é sinônima.**

1863

1864**A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – O pessoal do laboratórios aí...**

1865

1866

1867**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Depois de tanto esforço, vamos fazer mais**
1868**uma.**

1869

1870

1871**A SR^a. ROSELI DUTRA SPÓSITO (SABESP) – É que quando no laboratório vai e avaliar o**
1872**resultado não importa se os bichinhos morreram ou estão imóveis, eles são contados,**
1873**então por isso que para a avaliação tanto faz você considerar a letalidade ou a**
1874**mobilidade, mas realmente não é a mesma coisa, a definição não é a mesma, só que para**
1875**efeitos de resultados de laboratório você considera: olha, morreu ou ficou imóvel eu**
1876**conto, é nesse sentido.**

1877

1878

1879**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Então é um sentido de equivalência?**

1880

1881

1882**A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Então seria mais pertinente**
1883**dividir e fazer duas definições.**

1884

1885

1886**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Só uma pergunta: ou a gente divide ou a gente**
1887**coloca equivalente. Mas para efeitos dos ensaios é equivalente, foi o que eu entendi.**

1888

1889

1890**A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – A gente coloca as duas na**
1891**mesma linha, concentração letal mediana e concentração efetiva mediana, e deixa só**
1892**uma definição.**

1893

1894

1895**O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (ABEMA/ES) – O detalhe é que quando você segue na**
1896**Resolução menciona-se só a CL 50, então a gente fazer uma outra definição para algo**
1897**que não existe na Resolução não cabe, então eu acho que é interessante a gente dizer**
1898**que ela é equivalente para efeito desta Resolução.**

1899

1900

110

111

1901A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Então seria mais adequado
1902inserir no artigo que trata da eco-toxicidade que para interpretação dos dados considera-
1903se equivalente. Define-se só a CL 50 e lá no artigo que trata dos ensaios inseriríamos um
1904outro dizendo que para efeitos de avaliação do efeito agudo, tóxico, sei lá...

1905

1906

1907O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Se vai citar lá adiante, define aqui também.

1908A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Podemos avançar nessa idéia,
1909presidente, de deixar aqui só uma definição e colocar essa ressalva lá no artigo 17?

1910

1911

1912O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – A minha pergunta é por que não deixa definido
1913aí também se vai citar lá no artigo 17? Que uma é para mobilidade e outra é para
1914mortalidade, uma de efeito...

1915

1916

1917A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Ou então colocarmos assim: é
1918equivalente...

1919

1920

1921O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – A CL 50.

1922

1923

1924A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA) – Eu temo que estejamos fazendo uma
1925pequena confusão, eu gostaria que o pessoal que tem mais proximidade com
1926laboratórios complementem, por favor, a minha fala. No meu entendimento a
1927concentração letal mediana, a concentração efetiva mediana não estão ligadas à
1928letalidade ou mobilidade. A letalidade e a mobilidade estão muito ligadas ao organismo
1929teste, há organismos que você não tem como assegurar que houve uma letalidade. Então
1930você considera que a imobilidade tem efeito suficiente. No meu entendimento
1931concentração efetiva ou simplesmente concentração letal estão ligadas à quantificação
1932do poluente ou ao agente causador do efeito. Eu ao menos tenho trabalhado dessa
1933forma, então você usa, por exemplo, concentração uma CL 50, você preparou ali, por
1934exemplo, 1% do efluente, do poluente para 100 mL. O outro você foi na solução final e
1935amostrou o quanto você tem de chumbo e você evidencia que é o chumbo que causou o
1936efeito de letalidade de 50% dos organismos. Eu não tenho referências em mãos para
1937subsidiar o que eu estou informando, eu acho que a ZULEIKA tem uma referência
1938técnica, mas eu acho que a gente tem que ponderar melhor se a gente não está criando
1939mais uma definição que causará dubiedade na aplicação da norma.

1940

1941

1942A SR^a. ROSELI DUTRA SPÓSITO (SABESP) – Então, tem um manual recente da CETESB
1943que descreve exatamente, talvez seja mais coerente a gente pegar a definição do manual,
1944que inclusive é o que subsidia a norma ABNT e o pessoal trabalhou muito nessa
1945definição e eu acho que isso é o que é mais coerente a gente fazer. E em relação à gente
1946estar direcionando, está tóxico devido à concentração de chumbo ou qualquer outro é
1947muito complicado porque muitas vezes o que causa a toxicidade é o efeito sinérgico dos
1948poluentes. Então é muito complicado, a gente não consegue a um poluente e sim a uma
1949condição. Então eu acho que o mais coerente é pegar a definição do manual da CETESB
1950ou da ABNT, que é o mesmo.

1951

1952

113

114

115

1953O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Vamos fazer o seguinte...

1954

1955A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA) – E parece que a concentração efetiva não
1956está nos cálculos.

1957

1958

1959O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Gente, assim, tem essa sugestão de pegar a
1960definição da ABNT da concentração letal mediana, é isso? E aí eu vou pedir que
1961enquanto a gente vai discutindo a capacidade de suporte e a questão da definição de
1962gestão de efluentes, o pessoal procure aí essa definição e a gente retoma essa questão
1963para esclarecer, ok? Pode ser?

1964

1965

1966O SR. ERIC FISHER (Ministério da Saúde) – Tudo bem, eu trabalhei, eu acabei de orientar
1967uma tese que trabalha com teste de eco-toxicidade. A questão, a pergunta que eu faço
1968aqui para o pessoal são dois níveis tróficos que estão previstos ali, então tem Estados
1969que usam algas verdes e aí não é a mortalidade, é não crescimento, é não produção de
1970clorofila, é o efeito que é observado, quando você utiliza a (...) é a mobilidade, quando
1971você utiliza peixes é a mortalidade. Então os efeitos são diferenciados, eu não sei que se
1972tipo de testes são aprovados, eu sei que nos estados do Sul, no Paraná onde eu dei aula,
1973a gente trabalhava com os níveis e com as normas alienígenas da ADIN que eu já tinha
1974conhecimento lá da Alemanha e São Paulo trabalha com outras normas dos Estados
1975Unidos, mas cada Estado tem os seus testes diferenciados. Então a concentração letal é
1976o efeito letal em 50% dos organismos, quando a concentração efetiva é outro efeito, ou é
1977mobilidade ou é não crescimento, não produção de clorofila, você tem diferentes... E que
1978é utilizado nos Estados do Sul. Agora, no texto não parece concentração efetiva 50, isso
1979é um dado.

1980

1981

1982O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Eu queria que o pessoal mais técnico reunisse
1983e decidisse e trouxesse para nós, que eu estou com um problema de tempo, então assim,
1984se puderam fazer essa definição e trazer isso já mais ou menos encaixadinho como a
1985gente coloca na Resolução, ótimo, pode ser? Porque daí eu retomo isso, porque eu
1986queria entrar já nas definições.

1987

1988

1989A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Tem mais uma questão,
1990presidente, no artigo 14 que também trata de ensaios de eco-toxicidade. Artigo 14, o
1991subgrupo também chama atenção que na redação que ficou aí, no inciso I do artigo 14,
1992agudos ou crônicos, faltou a palavra crônicos aí. No inciso I do artigo 14.

1993

1994

1995O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Ok, esclarecidos?

1996

1997

1998O SR. RÉGIS NIETO (CETESB) – (...) de melhor qualidade não tem que ter efeito crônico e
1999os de qualidade intermediária não têm que ter efeito agudo, isso é uma condição.

2000

2001

2002O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Então vamos para a definição. Vamos lá Dra.
2003ZULEIKA, vamos pegar primeiro gestão de efluentes que é mais fácil. A minha proposta
2004em gestão de efluentes é suprimir essa definição porque ela só aparece no título. Eu

116

117

2005acho que ela não tem nenhuma necessidade operacional, então por isso que eu já... A
2006minha sugestão era suprimir essa definição. Eu até posso mudar o nome desse título se
2007a gente quiser, se achar adequado, mas o esforço de fazer essa definição vai ser muito
2008grande.

2009

2010

2011A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Não prejudica o entendimento
2012da seção se não tiver a definição.

2013

2014

2015A SRª. PATRÍCIA BOZON (CNT) – A definição pode ser os próprios artigos.

2016

2017

2018O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Exato. Ela já retrata a idéia. Tem acordo, Dra.
2019ZULEIKA? Então supressão dessa definição e aí entramos em capacidade de suporte.
2020Nós recebemos algumas propostas de redação, eu identifiquei aqui no mínimo três
2021propostas e eu pediria então à CETESB e FURPA que vejam se há possibilidade de fazer
2022uma redação de convergência, que para mim também não tem muita diferença.

2023

2024

2025A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu fiz uma pesquisa com a
2026ajuda de alguns colegas e encontrei basicamente as mesmas definições que já tinham
2027sido apresentadas. No intuito de propor uma redação bem enxuta que não dê margem a
2028interpretações diversas, eu tentei fazer junto com a Adriana uma mistura das definições
2029que nós encontramos, mas voltada para corpo receptor, porque nós estamos tratando de
2030lançamento de efluentes. Então a proposta colocada aí é: capacidade de suporte do
2031corpo receptor, valor máximo de determinado poluente que o corpo hídrico pode receber
2032sem comprometer a qualidade da água e seus diversos usos. As definições que nós
2033encontramos variam um pouco, algumas detalham mais quais seriam esses diversos
2034usos, alguns usam nomenclaturas diferentes para definir corpo receptor, como rio, curso
2035d'água, corpo hídrico. Então a gente tentou ser coerente com o texto da minuta e ser
2036bastante objetivo.

2037

2038

2039O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA) – Obrigado, presidente, quando nós
2040colocamos que havia a necessidade desse conceito, dessa definição, era que fosse um
2041organismo específico, ou seja, citando claramente corpo receptor, senão aparece um
2042promotor de Minas Gerais lá para impedimento. Então, não, Conselheiro, é porque eu
2043conversei também com biólogos e ecólogos e para eles, capacidade de suporte, se for só
2044esses dois nomes, envolve uma coisa muito complexa que é análise de populações, que
2045não é o caso. Imagina um promotor pedindo um estudo de populações da região onde
2046está essa questão. Então por isso que nós tentamos um conceito que fosse... Agora esse
2047conceito aí que foi melhorado, no caso a proposta da relatoria do GT, eu acho que duas
2048coisas são importantes manter ali: poluente, eu acho que nós estamos usando o termo
2049carga poluidora e outro termo que me chama a atenção ali é corpo receptor, em vez de
2050corpo hídrico eu acho que para sermos coerentes com o texto, com demais textos.

2051

2052

2053A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Tanto é que na definição a
2054gente usou corpo receptor. A gente só usou corpo hídrico aqui para não repetir corpo
2055receptor. Com relação a poluente, Conselheiro, eu acho que colocar carga poluidora...
2056Porque a capacidade de suporte pode ser feita para um conjunto de substâncias ou para

119

120

121

2057 **uma única substância, dependendo do caso, dependendo daquilo que se quer analisar**
2058 **naquele ambiente que vai receber um determinado efluente. Então eu acho que se a**
2059 **palavra poluente não agrada, talvez colocar determinada substância, porque aí fica bem**
2060 **amplo e aplica-se a qualquer tipo de poluente, orgânico e inorgânico.**

2061

2062

2063 **A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) – A minha preocupação é com “os diversos usos”,**
2064 **porque diversos usos tem abastecimento público. Mas dependendo do corpo d’água não**
2065 **existe abastecimento público.**

2066

2067

2068 **A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Mas ele incluiu todos os usos,**
2069 **Conselheira, inclusive o abastecimento público.**

2070

2071

2072 **A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Eu acho que o corpo hídrico não impedindo o uso**
2073 **múltiplo existente, preponderante e não aberto assim. Senão você põe já de cara o mais**
2074 **restritivo e não põe o diversos usos, não impedindo o abastecimento. Então joga de uma**
2075 **vez, fala claramente o que está querendo. Porque diversos usos você começa do**
2076 **abastecimento e vai até a classe 4, diversos você vai da especial à 4. Então fica**
2077 **complicado. O uso preponderante, determinado pela classe, qualquer coisa assim.**

2078

2079

2080 **A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu acho que diversos usos**
2081 **fica aplicável a qualquer situação.**

2082

2083

2084 **A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Falar diversos usos sem dizer que ele está associado**
2085 **ao uso específico do corpo hídrico e está sendo feito nesse momento, diversos usos**
2086 **então vamos começar com a classe especial. Eu estou fazendo como o promotor, eu vou**
2087 **dizer: diverso uso começa com a classe especial. Então a minha preocupação é o diverso**
2088 **uso está associado ao uso preponderante daquele momento, daquela hora, daquele**
2089 **corpo específico e não ficar abrangendo, tão abrangente, é essa que é a minha**
2090 **preocupação.**

2091

2092

2093 **A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Será que a gente pode**
2094 **considerar que todos os cursos d’água têm definição do seu uso preponderante?**

2095

2096

2097 **A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Tem função da classe, a própria Norma do CNRH, a 91**
2098 **que fez a revisão de como enquadrar diz que você pode considerar pela estatística das**
2099 **outorgas, se você tem 100% de outorgas naquele trecho para agricultura você sabe qual**
2100 **é o uso preponderante daquela região. Se você tem 90%, 80%, você sabe. Então, quer**
2101 **dizer, tem jeito de você ter conhecimento dessa proposta. Senão vamos dizer claramente**
2102 **o que é, então para atender o abastecimento, para atender alguma coisa, mas desse jeito**
2103 **quem vai restringir é quem vai interpretar a norma e ele vai restringir. Você está dizendo**
2104 **que a capacidade varia de diverso uso, nesse diverso uso tem o uso especial da classe**
2105 **especial então, portanto, tem que atender à classe especial. Eu como promotora vou ler,**
2106 **se eu li, se eu conseguir ler aquilo eu leio isso com muito mais facilidade.**

2107

2108

122

123

124

2109A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu tendo a concordar com a
2110senhora. Então ficaria ali: comprometer a qualidade da água e seu preponderante.

2111

2112

2113O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – O uso não está pela classe?

2114A classe determina o uso. Então já coloca pela classe, porque nós falamos em classe o

2115tempo todo, os usos permitidos pela classe determinada, sei lá, estabelecida.

2116

2117

2118A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – A sua classe de
2119enquadramento.

2120

2121

2122A SRª. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Para a sua classe de enquadramento fica melhor

2123porque você inclusive pode fazer o lançamento diante do próprio plano de meta, ou seja,

2124não pode hoje, mas pode amanhã, pode, enfim, você pode associar essa questão ao

2125plano de meta. Então o uso da classe do enquadramento.

2126

2127

2128A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – E seus usos determinados

2129pela classe de enquadramento.

2130

2131

2132O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – Em função de algumas

2133conversas que tivemos agora mesmo, eu gostaria da proposta da CETESB ser

2134considerada, principalmente no que diz respeito a poluente. Às vezes, por exemplo, o

2135teste de eco-toxicidade, que a gente acabou de conversar e etc. e etc. você não tem

2136especificamente um problema de você tem uma postura de sinergismo entre eles que dá

2137a toxicidade. Então remanescentes das emissões das fontes ou falar em emissão e não

2138na fonte, porque é o produto da emissão que vai conferir toxicidade e às vezes não é

2139especificamente um poluente que você consegue até identificar em termos de toxicidade,

2140portanto, eu não gostaria de usar a palavra poluente, mas sim produto das emissões

2141conforme a gente colocou lá em cima. Valor máximo de determinado poluente, às vezes

2142não é de determinado poluente, tem efeito sinérgico e é mais que um poluente.

2143

2144

2145A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Mas aí muda muito a... Aí

2146temos que refazer toda a definição.

2147

2148

2149O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – Mas veja, existe a proposta

2150da CETESB com essa definição, está lá em cima.

2151

2152

2153A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – A proposta eu acho que é

2154mais genérica talvez pudesse ser adaptada para o corpo hídrico. Capacidade do corpo

2155hídrico de receber os remanescentes das emissões das fontes poluidoras sem

2156comprometer a qualidade da água e seus usos determinados pela classe de

2157enquadramento. Seria isso?

2158

2159

2160O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Capacidade suporte do corpo receptor.

125

126

127

2161

2162

2163 **O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA) – Conselheiro Alonso, por que**
2164 **remanescentes?**

2165

2166

2167 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – Porque você implica que**
2168 **você tem um controle, é o que sobrou.**

2169

2170

2171 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Bom, aí depois com esse acordo aí a gente...**
2172 **Capacidade de suporte – capacidade do corpo hídrico em receber remanescentes das**
2173 **emissões das fontes poluidoras sem comprometer a qualidade da água e seus usos**
2174 **determinados pela classe de enquadramento. Ok?**

2175

2176

2177 **A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu só pergunto o seguinte:**
2178 **nós não usamos a palavra emissão em lugar nenhum.**

2179

2180

2181 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Como que estava lá na proposta que vocês**
2182 **tinham que preparar?**

2183

2184

2185 **A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Remanescentes de efluentes**
2186 **fica muito ruim?**

2187

2188

2189 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – A Dra. ZULEIKA está fazendo uma proposição.**

2190

2191

2192 **A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Porque nós não usamos a**
2193 **palavra emissão em hora nenhuma, sempre efluentes ou lançamento. Receber**
2194 **remanescentes de efluentes de fontes poluidoras? Capacidade do corpo hídrico em**
2195 **receber efluentes das fontes poluidoras sem comprometer a qualidade da água e seus**
2196 **usos determinados pela classe de enquadramento.**

2197

2198

2199 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Tiramos o remanescente, que isso é acordo**
2200 **geral. Receber efluentes. Isso, efluentes das fontes poluidoras. É isso? Ok? Alonso,**
2201 **Solon, ok? Então ok Dra. ZULEIKA, a senhora está tranquila?**

2202

2203

2204 **A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu acho que nós estamos**
2205 **desvirtuando um pouco a concepção do conceito aí, porque não é a capacidade dele**
2206 **receber efluentes, é aquela capacidade... Não é receber, na verdade é a capacidade que**
2207 **ele tem...**

2208

2209

2210 **A SRª. PATRÍCIA BOZON (CNT) – De assimilar.**

2211

2212

128

129

2213A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu acho que não fica tão
2214objetivo quanto antes nós colocamos. Porque ali está falando: valor máximo de
2215determinado poluente. Ou seja, é muito mais objetivo para o usuário porque ele sabe que
2216é o limite, do que falar assim: capacidade do corpo hídrico em receber o efluente, ou
2217receber uma carga poluidora. Eu não estou muito confortável com essa definição não.

2218

2219

2220A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) – A definição que a ZULEIKA está querendo dar é dada
2221para a definição do que será e não a definição do inverso. de qual é a qualidade do corpo
2222de receber. Não é isso.

2223

2224

2225A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu acho que a capacidade do
2226corpo de receber é uma definição um tanto quanto vaga para entendimento, quando você
2227fala assim que é a concentração máxima de uma determinada substância que ele pode
2228aguentar sem prejudicar a qualidade da água e seus usos, eu acho que fica mais
2229objetivo, fica mais fácil de quem não está muito familiarizado com o assunto entender o
2230que é. Não é o padrão, porque o padrão pode ser um e a capacidade dele receber pode
2231ser muito menor que o padrão, porque ele já está comprometido, ele é classe especial,
2232não é o padrão não.

2233

2234

2235O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Adriana, põe aquela proposta da CETESB do
2236lado aí da proposta do GT.

2237

2238

2239A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – A última é que é a original,
2240que é a primeira que nós trouxemos aqui como sugestão.

2241

2242

2243O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – ZULEIKA, se colocar na sua
2244poluente ou conjunto de poluente... Porque na verdade não é só um, você tem efeito
2245sinérgico, o resto eu não faço questão. O problema não é um determinado poluente.

2246

2247

2248A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Só que a nós não
2249conseguimos determinar o valor máximo de um conjunto de poluentes.

2250

2251

2252O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – Por isso que é o problema,
2253você não consegue determinar esse valor máximo, aí você faz o texto de toxicidade e
2254você tem um efeito sinérgico... Então é ruim essa definição.

2255

2256

2257A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Mas é porque a capacidade de
2258suporte, quando ela está sendo avaliada, ela é avaliada por poluente, a interpretação
2259depois é que reúne tudo isso.

2260

2261

2262O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – A capacidade de suporte é
2263uma análise de um conjunto de coisas. Valor máximo de um poluente ou de um conjunto

133

2264de poluentes que eu posso... Coloca assim, porque você tem um problema sinérgico que
2265não pode ser jogado fora.

2266

2267

2268A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu concordo, mas aí não dá
2269para usar valor máximo.

2270

2271

2272O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – Deixa a sua.

2273

2274

2275A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu estou preocupada em ser
2276mais objetiva, porque colocar capacidade de receber...

2277

2278

2279O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Agradecemos o entendimento. Então a
2280proposta que fica, a definição é: a capacidade de suporte do corpo receptor, valor
2281máximo de determinado poluente que o corpo hídrico pode receber sem comprometer a
2282qualidade da água e seus diversos usos. Aí entra... Da água e seus usos determinados
2283pela classe de enquadramento, é isso? Então está, fica essa em vermelho aí e a gente
2284copia, tira os diversos usos. Ok? Aprovado. Bom, agora vamos dar uma olhada rápida
2285nos considerandos? Alonso, você faz questão da capacidade de suporte? Então ficou
2286aquela definição. Vamos agora aos considerandos. Vamos lá, tem alguma observação e
2287depois a gente vê o artigo 31 e aprova a ementa.

2288

2289

2290A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) – A minha coisa são os considerandos que ficam da 357,
2291tem a ver com o efluente ou não?

2292

2293

2294A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Tem, só pinçamos aqueles
2295que têm a ver com efluente. Tem uma questão aí, o segundo considerando aí, o terceiro
2296está em vermelho porque a ordem que ele parece lá na Resolução 357 não é essa, então
2297só foi uma mudança de ordem para ficar um pouco mais... No quarto considerando tem a
2298questão de substituir a palavra ambientalmente saudáveis por ambientalmente
2299adequadas, eu acho que é uma palavra um pouco mais apropriada.

2300

2301

2302O SR. ERIC FISHER (Ministério da Saúde) – No primeiro considerando está considerando
2303a Lei 11.445 ou não?

2304

2305

2306O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – A 11.445 é a Lei de saneamento, é isso?

2307

2308

2309A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Tem uma proposta de
2310inclusão de um considerando mais adiante.

2311

2312

2313O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Então vamos passar e depois a gente vê se
2314está faltando alguma coisa.

2315

134

135

136

2316

2317A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Só ter o cuidado porque a CTAJ corta tudo quanto é
2318considerando.

2319

2320

2321O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – A gente manda dez para ficar dois.

2322

2323

2324A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – No próximo considerando,
2325trocar testes por ensaios de eco-toxicidade, como eu já havia dito, no antepenúltimo
2326considerando, do jeito que está aí, só a adequação do termo.

2327

2328

2329O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Nesse caso aí é ensaio, tirar teste e trocar por
2330ensaio.

2331

2332

2333A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – O último considerando aí é um
2334considerando que remete aonde que o CONAMA determinou a criação desse GT.

2335

2336

2337A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) – É o único inclusive que realmente deve ficar.

2338

2339

2340A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu achei que valia a pena
2341colocar esse considerando porque senão alguém pode falar assim: mas por que estão
2342mexendo na 357?

2343

2344

2345O SR. ERIC FISHER (Ministério da Saúde) – Tirou lá atrás, aqui não tirou, o que foi tirado
2346foi lá na outra proposta, porque tinha a citação aqui, por isso que foi retirado lá.

2347

2348

2349A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Vamos primeiro decidir se
2350esse primeiro considerando aí que remete aos dispositivos que cria o GT deve ficar.

2351

2352

2353O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Alguém tem alguma objeção a esse
2354considerando que está em vermelho? Que na realidade é o considerando que dá a base
2355para todo o nosso trabalho. Ele é o último justamente porque ele é que criou o GT. Então
2356considerando que todo mundo está considerando... Eu estou falando do considerando
2357que está em vermelho, alguma observação?

2358

2359

2360A SR^a. MIRIAM MOREIRA BOCCHIGLIERI (AESBE/SABESP) – O artigo 44 não fala em
2361criação de Grupo e da forma como está escrito aí parece que o que ele está falando é
2362isso. Ele fala: complementar onde couber as condições e padrões de lançamento de
2363efluentes nela previstos.

2364

2365

2366A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Mas a 397 fala da criação do
2367GT.

137

138

139

2368

2369

2370O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Está ok. Então aprovado aí esse
2371considerando, tem alguma observação mais?

2372

2373

2374A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Tira o “estabelecem” aí e
2375coloca só “estabelece” e aí contempla o que a Miriam está...

2376O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Mais alguma consideração em relação ao
2377considerandos?

2378

2379

2380A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu estou sendo solicitada
2381aqui a pedir a exclusão do antepenúltimo considerando que faz a menção ao plano de
2382gerenciamento de resíduos e serviços de saúde. É o penúltimo aí. Já que nós optamos
2383por não citar o PGRSS lá no artigo, que trata a questão dos efluentes de serviços de
2384saúde, seria desnecessário colocar esse considerando.

2385

2386

2387O SR. ERIC FISHER (Ministério da Saúde) – Bom, como foi retirado, a gente não se opôs
2388na discussão porque sabia que tinha esse considerando aí, porque é importante que
2389esteja colocada essa questão. Então na discussão, em nenhum momento, se abordou a
2390questão de se retirar isso do considerando.

2391

2392

2393O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Aberto para observações.

2394

2395

2396A SRª. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Eu não vou brigar por isso, mas vou deixar registrado.
2397Para mim é o último considerando, tirando todos os outros, não tem nenhum sentido
2398ficar repetindo considerandos que já estão inclusive na 357 e nenhum sentido ficar
2399dizendo o que existe. Senão eu vou ter que falar: considerando a Constituição brasileira,
2400considerando... Aí não dá gente, ficar, ficar citando Lei 6.938 a essa altura do
2401campeonato, eu sinceramente, para a economia de todos, ninguém lê considerando, essa
2402é que é a verdade, todo mundo pula para o artigo 1º, tirava tudo e só ficava esse último
2403que foi posto que é ele que dá o sentido do porquê que está se fazendo essa Resolução,
2404está se fazendo essa Resolução porque as duas Resoluções anteriores determinaram
2405que se fizesse.

2406

2407

2408O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Tem alguma observação em relação a essa
2409questão específica do plano de gerenciamento? Ninguém é pela retirada então. Mantém-
2410se, ninguém é pela retirada. Quem pediu para retirar, Dra. ZULEIKA?

2411

2412

2413A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – O pessoal da AESB que está
2414achando que é desnecessário colocar isso.

2415

2416

2417O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Então defendam porque vocês acham que é
2418desnecessário colocar isso.

2419

140

141

142

2420

2421 **O SR. DESCONHECIDO (AESB) – Se a gente for estabelecer muitas especificidades vai**
2422 **ter que considerar um monte de coisa então é uma questão só de encaminhamento, é a**
2423 **mesma justificativa da Patrícia.**

2424 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Alguém acompanha? A Patrícia parece que**
2425 **acompanha esse entendimento.**

2426

2427

2428 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) – Eu pessoalmente acho que**
2429 **se a gente quer dar ênfase a alguma coisa, nós podemos manter ali aquilo, eu**
2430 **pessoalmente sou a favor de manter.**

2431

2432

2433 **O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (ABEMA/ES) – Por mim pode retirar ou manter.**

2434

2435

2436 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – Para mim tanto faz manter**
2437 **ou retirar, eu acho que no fundo o jurídico vai acabar indo pela linha da Patrícia, que eu**
2438 **acho a mais sensata.**

2439

2440

2441 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Então vamos manter e depois a gente...**

2442

2443

2444 **A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Se todos estão achando que o**
2445 **jurídico vai cortar, por que a gente já não faz esse trabalho já?**

2446

2447

2448 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Quem é contrário a esse considerando?**
2449 **Patrícia é contrária, o Solon e o Mourão a favor, o Elias contrário, dois a dois, agora não**
2450 **pode ter mais abstenção.**

2451

2452

2453 **O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (ABEMA/ES) – Então vamos na linha que a Patrícia**
2454 **considera. Vamos cortar logo.**

2455

2456

2457 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – Corta, eu acho que o**
2458 **coerente é deixar o que realmente precisa.**

2459

2460

2461 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – 4 a 2. Então supressão do considerando.**
2462 **Gente, agora vamos para o artigo 31?**

2463

2464

2465 **A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Senhor Presidente, tem uma**
2466 **solicitação da AESB de fazer uma citação à lei de saneamento nos considerandos.**

2467

2468

2469 **O SR. ERIC FISHER (Ministério da Saúde) – Tem a minha proposta que eu não sei porque**
2470 **você está retirando. A gente encaminhou junto com aquelas outras encaminhamos que**
2471 **queríamos a Lei de Saneamento lá em cima, está citando a Constituição federal, está**

143

144

145

2472citando a lei 6.939 e deveria citar a Lei de Saneamento lá em cima, se for retirar depois,
2473mas aí já retira aqui, no primeiro considerando. Considerando a Constituição Federal e a
2474lei 6.938, e a Lei de Saneamento, eu já tinha encaminhado esse texto aí, a lei 11.445/2007.

2475

2476

2477O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Eu só quero que apresente primeiro o texto e
2478aí depois a gente avalia. Adriano, copia, eu acho que a ZULEIKA deve ter, a ZULEIKA
2479passa para o Adriano..

2480

2481

2482A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Nós só precisamos da data
2483correta da Lei. Você tem aí?

2484

2485

2486O SR. ERIC FISHER (Ministério da Saúde) – Lei de 5 de janeiro de 2007. 11.445, de 5 de
2487janeiro de 2007.

2488

2489

2490A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – A minha dúvida é se a gente
2491pode manter, incluindo essa lei se a gente pode manter o que está para frente, porque
2492essa lei não visa a controlar o lançamento de poluentes no meio ambiente e aí nós
2493teremos que criar um outro considerando.

2494

2495

2496O SR. ERIC FISHER (Ministério da Saúde) – A lei também visa a isso sim.

2497

2498

2499O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Isso vai criar uma confusão.

2500

2501

2502A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Presidente, eu acho que
2503realmente se formos citar a Lei de Saneamento, é conveniente citá-la em outro
2504considerando.

2505

2506

2507O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Então coloca a Lei de Saneamento num
2508considerando específico. Vamos colocar essa proposta e retira, já está aprovado aquele
2509primeiro considerando.

2510

2511

2512A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu acho que essa proposta
2513está um pouco extensa, mas... Considerando que com a promulgação da lei 11445/2007,
2514a Lei do Saneamento, a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento
2515básico passou a integrar os princípios fundamentais do saneamento, sendo também
2516considerada a adoção de métodos, técnicas e de processos que atendam às
2517peculiaridades locais e regionais para a prestação desses serviços; considerando a lei
251811445/2007 que estabelece no artigo 44 que o licenciamento ambiental de unidade de
2519tratamento de esgotos sanitários e de efluentes gerados no processo de tratamento de
2520águas considerará etapas de eficiência a fim de alcançar progressivamente os padrões
2521estabelecidos pela legislação ambiental em função da capacidade de pagamento dos
2522usuários.

2523

146

147

148

2524

2525 **O SR. ERIC FISHER (Ministério da Saúde) – Isso aí não é condição de lançamento de**
2526 **efluente?**

2527

2528

2529 **O SR. PEDRO (AESB) – A única reflexão que nós fazemos citando a 11445 que toda a**
2530 **justificativa de diferenciar o saneamento da seção 3 e a questão do nitrogênio amoniacal**
2531 **foi em cima dela. Então talvez citá-la por uma questão de segurança jurídica, até para o**
2532 **Conselho. É só essa observação.**

2533

2534

2535 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Considerando a Lei 11445, pronto.**

2536

2537

2538 **O SR. ERIC FISHER (Ministério da Saúde) – E essa posição da Câmara Técnica de Saúde**
2539 **e Saneamento...**

2540

2541

2542 **A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Eu acho que aí a questão que**
2543 **ele está levantando é a questão da universalização do tratamento. Então poderíamos**
2544 **colocar alguma coisa assim: considerando que a lei 11445 prevê a universalização do**
2545 **acesso aos serviços públicos de saneamento básico.**

2546

2547

2548 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Registrar a idéia e depois se precisar, vamos**
2549 **ter até a plenária para modificar também.**

2550

2551

2552 **A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Poderia ser o segundo**
2553 **considerando então.**

2554

2555

2556 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – É importante que se cite. Ok? Então**
2557 **considerando que a Lei 11.445/07 prevê a universalização do acesso aos serviços**
2558 **públicos de saneamento básico. Vamos ao artigo 31, eu só quero que apresente a**
2559 **tabelinha, nós temos que aprovar a ementa ainda, vamos ver a ementa aqui, porque já**
2560 **tem o 2007, então... Ok, vamos ver a ementa: dispõe sobre os padrões de lançamento de**
2561 **efluentes, complementa e altera a Resolução CONAMA 357/05. É isso?**

2562

2563

2564 **A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – É isso, é bem direto, dispõe**
2565 **sobre as condições padrão de lançamento de efluentes e ela altera a CONAMA 357 em**
2566 **alguns pontos sim. 397? Na verdade ela não altera e nem complementa a 397, ela**
2567 **cumprir. Suprime? Não, ela não suprime nenhum artigo da 397 não, eu acho que não.**

2568

2569

2570 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Ok, é essa a ementa então? Tem aí o artigo 31,**
2571 **o que se identificou? É só para mostrar aqui um pouquinho o trabalho do pessoal e aí**
2572 **depois a gente passa aí, eu vou pedir para a Dra. ZULEIKA e para a Dra. Adriana que**
2573 **façam uma revisão aí no texto que vai ser limpo, a versão limpa para ver se ficou alguma**
2574 **inconsistência ou alguma coisa.**

2575

149

150

151

2576

2577A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Ficou praticamente igual. Art. 257831 – Revogam-se os artigos 24 a 37 do capítulo 4 das condições e padrões de 2579lançamento de efluentes, os artigos 39, 43, 44, 46 e 48 do capítulo 6 – disposições finais e 2580transitórias da Resolução CONAMA 357, de 17 de março de 2005. Está um pouquinho 2581alterado aí, essa versão já é mais atualizada.

2582

2583

2584A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Uma pergunta que eu faço é se nesse capítulo 4 ficou 2585algum artigo.

2586

2587

2588A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Não.

2589

2590

2591A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Então não tem que dizer que o capítulo foi revogado?

2592Aí o capítulo fica vazio.

2593

2594

2595A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Ele não existe mais.

2596

2597

2598A SR^a. PATRÍCIA BOZON (CNT) – Na própria lei 9.436 tem esse erro, eles revogaram o 2599capítulo do (...) de compensação ao município, mas não revogaram da lista de 2600instrumento, revogaram só a explicação. Então fica uma coisa...

2601

2602

2603A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Ela revogou totalmente, vai do 260424 ao 37.

2605

2606

2607O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – A Jurídica... Gente, tem mais alguma coisa,

2608Dra. ZULEIKA, que ficou pendente?

2609

2610

2611A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Da concentração letal, a 2612definição.

2613

2614O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Você tem a redação?

2615

2616

2617O SR. RÉGIS NIETO (CETESB) – Primeiro as definições CE 50 e CL 50, mas eu acho que 2618tem que aproveitar o texto da forma que está lá, mas para ficar clara a definição de CE 50 2619e CL 50 usado no manual novo da CETESB que é o que está na ABNT. CE 50, 48 horas, 2620concentração do efluente que causa efeito agudo (imobilidade) a 50% da população de 2621micro-crustáceo em 48 horas de exposição expressa em porcentagem. Método analítico, 2622Norma ABNT NBR 12713/2004. CL 50 96 horas – concentração do efluente que causa 2623efeito agudo (letalidade) a 50% da população de peixes (...) em 96 horas de exposição 2624expressa em porcentagem. Norma Técnica ABNT, NBR 15098/2004. Mesmo assim eu 2625ainda acho, eu conversei até com a Adriana, eu ainda acho que a gente poderia 2626aproveitar a definição do jeito que está e tirar no lugar de sinônimo, que são 2627especialistas que colocaram essa nova posição para a ZULEIKA, tirar no lugar de

152

153

154

2628sinônimo e colocar ou, porque pode ter alguns outros organismos, nós estamos
2629especificando dois deles, são outros também que podem ser feitos, se você especificar
2630esses dois obriga-se os dois. Então eu acho melhor deixar ou e ficar em aberto, do jeito
2631que está no texto só que com o ou em vez de sinônimo.

2632

2633

2634O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Dra. ZULEIKA, ficou claro para a senhora?
2635Porque para mim não.

2636

2637

2638A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Ficou. Ele está fazendo a
2639modificação ali, seria criar uma única definição – concentração letal mediana ou
2640concentração efetiva mediana – é a concentração do efluente que causa efeito agudo
2641(letalidade ou imobilidade) a 50% dos organismos em determinado período de exposição
2642nas condições de ensaio.

2643

2644

2645O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Ficou essa definição? Então concluímos aí o
2646nosso trabalho, ainda não.

2647

2648

2649A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Tem uma coisinha aqui, na
2650proposta que a CETESB mandou por e-mail... No artigo 5º.

2651

2652

2653O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Está retirada. Então eu acho que com isso a
2654gente resolve aqui, conseguimos concluir o nosso trabalho. Eu queria agradecer muito à
2655Dra. ZULEIKA, à Dra. Adriana que fizeram esse trabalho em tempo recorde, vamos dizer
2656assim, de muita boa qualidade e agradecer também a contribuição de toda a Câmara
2657Técnica, dos nossos convidados aí, porque o nosso espírito aqui sempre foi um espírito
2658de cooperação, que faz com que a gente praticamente consiga aprovar quase todos os
2659pontos em consenso e deixar assim registrado que nós estamos planejando fazer uma
2660reunião na segunda quinzena de outubro, nós devemos definir a data oportunamente, um
2661dos pontos de pauta, um dos pontos de pauta será: nós vamos fazer aquela
2662apresentação e uma discussão sobre a agenda da “revisão da 344” para dar andamento
2663no que está previsto na Resolução aprovada no ano passado no CONAMA e eu acho que
2664seriam essas as questões que caberia aqui informar nesse momento de encerramento.

2665

2666

2667O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA) – Presidente, como que seria esse
2668cronograma agora, essa Resolução vai para a CTAJ. Qual é a calendário?

2669

2670

2671O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Ela vai agora para a CTAJ e deverá ser
2672pautada na próxima reunião ordinária de novembro, se não houver na 100ª, ela vai
2673ganhar o carimbo da 100ª reunião. Tem alguma observação?

2674

2675

2676O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA) – A minha preocupação é com a pior
2677parte, quer dizer, se caso ela retorne. Isso é uma negociação com a Presidência.

2678

2679

155

156

2680O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Se retornar, se a Câmara tiver esse problema,
2681eu acho que uma reunião urgente da Câmara Técnica porque nós vamos resolver esse
2682problema durante esse mandato da Câmara Técnica. Nós não vemos problema, nós
2683temos que fazer aí, Adriano, eu peço que mantenha informado e também a Dra. ZULEIKA
2684da pauta da Câmara de Assuntos Jurídicos para que nós, eu vou fazer uma conversa com
2685o presidente da Câmara de Assuntos Jurídicos para acertar que nesse momento que for
2686discutida a Resolução nós gostaríamos de estar presentes. Eu acho que seria
2687fundamental para evitar qualquer dúvida, essa é uma Resolução bem complexa, tem uma
2688história que ela tem que ser levada em conta nesse processo que a gente desenvolveu
2689aqui na revisão e complementação. Então eu queria mais uma vez agradecer a todos.

2690

2691

2692A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM) – Da mesma forma, senhor
2693Presidente, eu peço licença para fazer um agradecimento especial a todos os membros
2694do Grupo de Trabalho, especialmente à Adriana que me ajudou muito na relatoria, num
2695trabalho complicado, que merece muita atenção, que necessita de muita atenção e aos
2696coordenadores dos subgrupos também, o Régis, o pessoal da AESB, a Miriam, o Pedro,
2697que tiveram uma atuação muito constante no GT, e ao Pedro Zagato também que não
2698está aqui presente, mas contribuiu demais com a questão da eco-toxicidade e a todos os
2699outros que vieram, o pessoal da indústria, da Petrobrás, porque foi um grande
2700aprendizado, tanto para mim quanto para os outros, a discussão foi em alto nível,
2701tivemos técnicos muito capacitados e vários assuntos e realmente a gente sente orgulho
2702em dizer que conseguimos consolidar um texto dentro da realidade com algum
2703aprimoramento e agradecer também a paciência dos Conselheiros, porque afinal de
2704contas foram três reuniões de discussões, eu acho que os Conselheiros contribuíram
2705demais para a melhoria da minuta e foi um trabalho realmente que pessoalmente me
2706satisfez muito como técnica do órgão ambiental de Minas Gerais.

2707

2708O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Mais uma vez eu agradeço à Dra. ZULEIKA e
2709registro que nós devemos levar esse grau de consenso que nós construímos na Câmara
2710Técnica para dentro da reunião plenária do CONAMA, que eu acho que a participação de
2711todos nós vai ser fundamental na articulação de que a gente, vamos dizer assim, entenda
2712que pode haver ainda um aprimoramento na própria reunião Plenária, mas no sentido de
2713garantir essa consistência desse trabalho que foi desenvolvido primeiramente no Grupo
2714de Trabalho e depois aqui na Câmara Técnica.

2715

2716

2717O SR. ERIC FISHER (Ministério da Saúde) – Eu queria agradecer também em nome do
2718Ministério da Saúde e de uma relação que acabou não sendo formalizada, mas
2719informalmente foi viabilizada para que a Câmara Técnica de Saúde e Saneamento e
2720Gestão de Resíduos pudesse estar participando e trazendo discussões para não deixar
2721isso ir para a Plenária aqui. A ABES estava mais ou menos representada pela AESB, o
2722Ministério da Saúde aqui e outros participantes estavam juntos também, mas foi uma
2723requisição e talvez a gente pudesse formalizar isso numa próxima vez de uma forma
2724melhor, mas o espaço oferecido foi amplo e restrito e eu agradeço por esse espaço
2725fornecido.

2726

2727

2728O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Obrigado Eric, então concluída a nossa ordem
2729do dia, eu queria agradecer a todos e salva de palmas ao trabalho. Encerrada a 43^a
2730reunião.